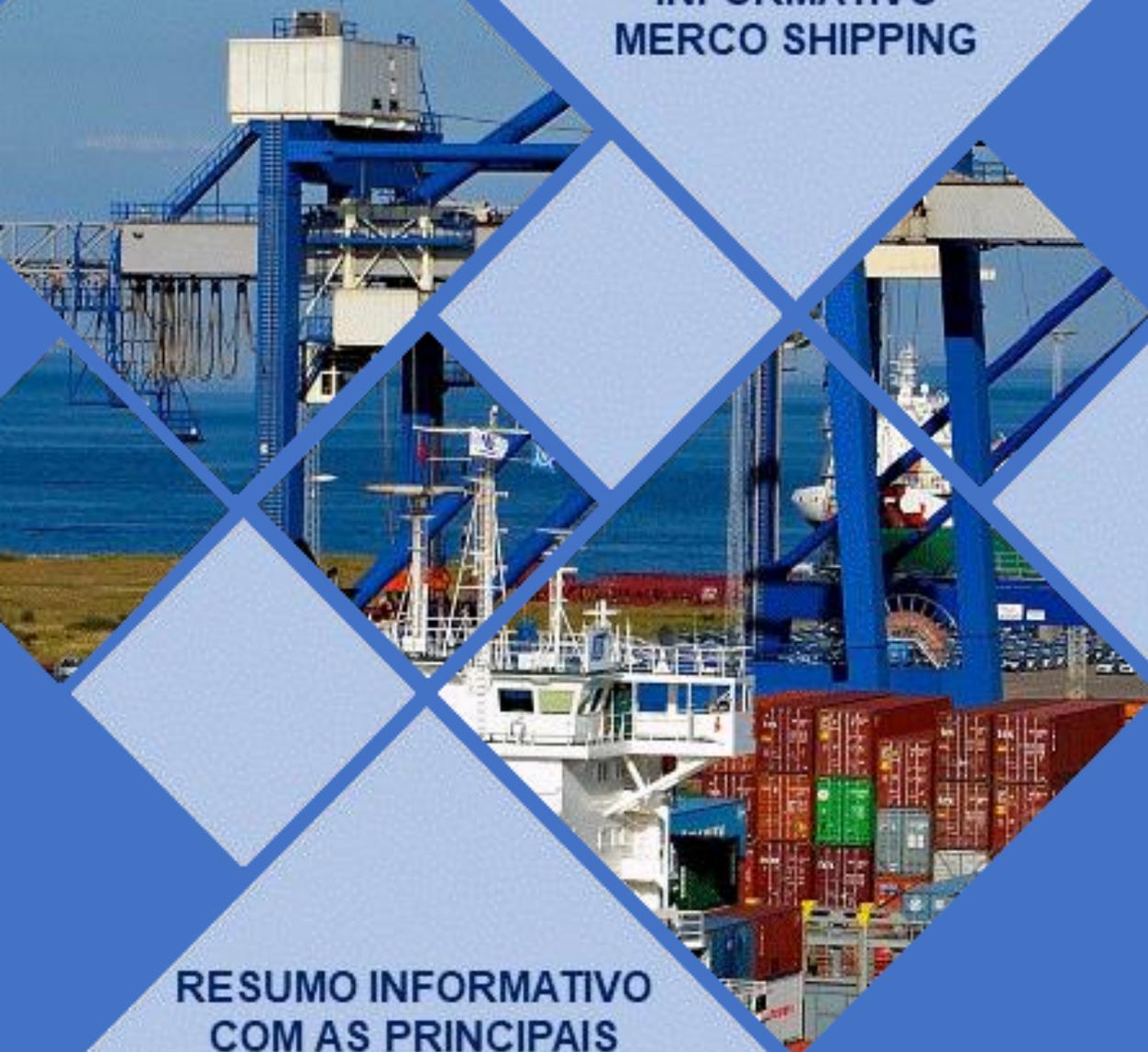


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 028/2025
Data: 13/02/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ JÁ TEM PREVISÃO PARA LANÇAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO; VEJA DETALHES.....	4
PREFEITO DE CUBATÃO QUER TROCA DE ÁREAS PARA PÁTIO DE CAMINHÕES.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
AVISO DE PAUTA: ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DO ANO DE 2024, NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (18).....	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	7
BRASIL E BÉLGICA DEBATEM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO MODAL PORTUÁRIO.....	7
GOVERNO FEDERAL OFICIALIZA ARRENDAMENTO DO PORTO DE SANTANA (AP) E ANUNCIA INVESTIMENTOS MILIONÁRIOS ...	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
CAMINHONEIROS GANHAM NOVO PONTO DE PARADA E DESCANSO (PPD) NA DUTRA, EM ITATIAIA.....	9
RODOVIA FERNÃO DIAS, UM DOS PRINCIPAIS EIXOS RODOVIÁRIOS DO PAÍS, TERÁ CONTRATO OTIMIZADO.....	10
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ADERE A PROGRAMA DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO EM OBRAS DE FERROVIAS E RODOVIAS.....	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: UM AVANÇO PARA A MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS - LULA APOIA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS.....	13
<i>Pressão presidencial 1</i>	13
<i>Pressão presidencial 2</i>	13
<i>Pressão presidencial 3</i>	13
<i>Ganha-ganha 1</i>	14
<i>Ganha-ganha 2</i>	14
REGIÃO SUDESTE - LULA E TARCÍSIO SE ALINHAM PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	14
NACIONAL - EMBRAER ANUNCIA R\$ 20 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO BRASIL ATÉ 2030.....	15
NACIONAL - AUDITORES-FISCAIS MANTÊM GREVE E TRAVAM LIBERAÇÃO DE CARGAS.....	16
NACIONAL - ACORDO ENTRE BRASIL E URUGUAI AMPLIA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA.....	17
REGIÃO SUDESTE - CUBATÃO OFERECE ÁREA DE 1 MILHÃO DE M ² AO GOVERNO PARA INSTALAÇÃO DE PÁTIO.....	18
NACIONAL - GESTORES MUNICIPAIS DISCUTEM INFRAESTRUTURA EM BRASÍLIA.....	19
BRASIL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT AMPLIA ARTICULAÇÕES PARA SUDESTE E LATAM EXPORT.....	20
REGIÃO NORTE - TRAVESSIA GARANTIDA: BALSAS REFORÇAM LIGAÇÃO ENTRE TO E MA.....	21
REGIÃO NORTE - OBRA EMERGENCIAL REFORÇA ESTRUTURA DO PORTO ANTIGO DE ITACOATIARA.....	22
BAHIA ECONÔMICA BA	23
TERMINAL MARÍTIMO DE MADRE DE DEUS AUMENTOU EM 5% MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO EM 2024 PORTO DE ILHÉUS RECEBE O ‘RUBINA’, UM DOS MAIORES NAVIOS DE CACAU DA HISTÓRIA.....	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
ALCOLUMBRE DIZ QUE MUNDO NÃO PODE ‘CANTAR DE GALO’ SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO AP, EM MEIO A DEBATE SOBRE MARGEM EQUATORIAL.....	25
TRUMP ANUNCIA TARIFAS RECÍPROCAS: ‘ALIADOS COSTUMAM SER PIORES QUE INIMIGOS’ NO COMÉRCIO.....	26
TÉCNICOS DO GOVERNO LULA SE REÚNEM APÓS ANÚNCIO DE TRUMP PARA AVALIAR IMPACTOS DE TAXAS SOBRE O BRASIL.....	27
STF DISPENSA GOVERNOS DE COMPROVAREM FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS COM TERCEIRIZADOS.....	28
TCU ABRE AUDITORIA PARA APURAR POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCIADAS COM RECURSOS FORA DO ORÇAMENTO.....	29
‘O BRASIL TEM UMA OPORTUNIDADE ENORME NESTA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA’, DIZ ECONOMISTA DO DB SOBRE TRUMP.....	30
FAZENDA VÊ IMPACTO ‘LIMITADO’ DE TARIFAÇÃO DE TRUMP E INFLAÇÃO DE 4,8% NESTE ANO.....	32
LEILÃO DA ANP TEM POÇOS DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL COM DISPUTA ENTRE ÁREAS DO GOVERNO.....	33
GOVERNO LULA CALCULA AJUSTE DE CERCA DE R\$ 13 BI NO ORÇAMENTO DESTES ANOS.....	35
O ESTADO DE SÃO PAULO SP	37
O QUE DIZ A CASA BRANCA SOBRE O ETANOL BRASILEIRO AO JUSTIFICAR AS TARIFAS RECÍPROCAS DE TRUMP.....	37
OPINIÃO - PIB MAIS FRACO, PUXADO POR AGRO E PETRÓLEO, NÃO VAI AJUDAR LULA A RECUPERAR A POPULARIDADE.....	38
STF DECIDE QUE PODER PÚBLICO NÃO É RESPONSÁVEL DE FORMA AUTOMÁTICA POR DÍVIDAS DE TERCEIRIZADAS.....	39
PROPOSTA DE TRUMP ELIMINARIA METADE DA PRODUÇÃO DE MOEDAS NOS EUA AO DAR FIM À DE UM CENTAVO.....	41
FAZENDA VÊ EFEITOS ‘LIMITADOS’ DE TARIFAS DE TRUMP SOBRE AÇO E ALUMÍNIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	43
LEI DE COMBATE AOS SUPERSALÁRIOS TEM 14 BRECHAS PARA MANTER REGALIA, DIZ ESTUDO.....	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 028/2025
Página 3 de 54
Data: 13/02/2025
www.mercosshipping.com.br
mercoshipping@mercoshipping.com.br

VALE VAI LANÇAR O NOVO CARAJÁS, INVESTIMENTO DE R\$ 70 BI, COM A PRESENÇA DE LULA	46
VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
REFORMA É O DESEMPATE ENTRE RUI COSTA E HADDAD	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
STJ MANTÉM PROIBIÇÃO DA COBRANÇA DO ‘SSE/THC2’ PELA DPW	48
BAÍA DE GUANABARA TEM 80 CASCOS DE EMBARCAÇÕES ABANDONADOS À ESPERA DE REMOÇÃO	49
CABOTAGEM AFRETOU 10 NAVIOS DE BANDEIRA ESTRANGEIRA A CASCO NU DESDE 2022	51
MAERSK E INMARSAT FIRMAM ACORDO PARA MODERNIZAR CONECTIVIDADE EM FROTA GLOBAL	52
GOVERNO ANUNCIA INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO NO PORTO DE SANTANA	52
MPOR ESTUDA FORMA DE INCLUIR SETOR DE NAVEGAÇÃO EM PROGRAMA DE COMBUSTÍVEIS LIMPOS	53
SETOR JÁ DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM PRÓXIMO PERÍODO DE ESTIAGEM NA AMAZÔNIA	53
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	54
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ JÁ TEM PREVISÃO PARA LANÇAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO; VEJA DETALHES

Decisão ocorreu nesta quarta (12) após reunião do presidente Lula com o governador Tarcísio de Freitas, em Brasília

Por *Bárbara Farias*



Projeto da ligação prevê trajeto de 1,5 quilômetros, ligando as regiões de Outeirinhos e Macuco, em Santos, a Vicente de Carvalho, em Guarujá (Vanessa Rodrigues/AT)

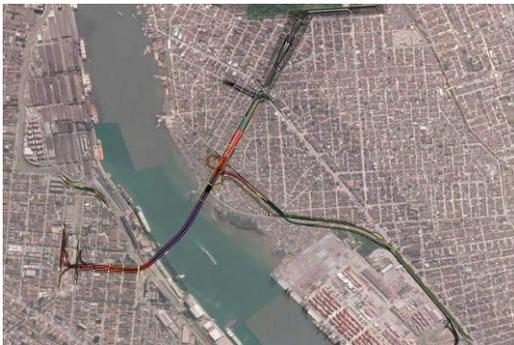
O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançará o edital de licitação do túnel imerso Santos-Guarujá até o final deste mês, provavelmente no dia 27. A Tribuna apurou que decisão ocorreu nesta quarta-feira (12) durante reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o ministro Silvio Costa Filho, em

Brasília.

A Reportagem apurou que o governador queria abrir o certame pelo Governo Estadual ainda neste mês e, por isso, pediu o encontro com Lula - que não estava previsto na agenda oficial. O presidente, por sua vez, convocou Costa Filho para ajustarem os trâmites.

No mês passado, o governador e o ministro se reuniram, na sede do Governo de São Paulo, para discutirem sobre a licitação, pois o Estado queria publicar o edital em fevereiro e o MPor em agosto ou setembro. Isso porque a documentação ainda está sob análise no Tribunal de Contas da União (TCU).

O túnel submerso será construído no canal de acesso do Porto de Santos. O investimento previsto é de R\$ 5,96 bilhões, sendo R\$ 5,13 bilhões de aporte público, dividido igualmente entre o Estado e a União. O restante será proveniente do futuro concessionário privado a ser contratado via parceria público-privada (PPP).



A parte imersa do túnel Santos-Guarujá será instalada a 21 metros de profundidade e terá extensão de 870 metros, possibilitando dragagens de até 20 metros, diz Governo Federal (Reprodução)

Ainda conforme apurado, o acordo firmado para o lançamento do edital do túnel Santos-Guarujá pelo MPor pode envolver investimentos no Porto de São Sebastião, situado no Litoral Norte. O complexo portuário é administrado pelo Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

Pelas redes sociais, o ministro Silvio Costa Filho postou fotos do encontro com Tarcísio mencionando que a “reunião foi produtiva” e que eles debateram “ações estratégicas para impulsionar o crescimento” do Estado “para fortalecer a infraestrutura, a logística e o desenvolvimento regional”.

Por fim, ele acrescentou que discutiram sobre “investimentos que geram oportunidades, conectam regiões e transformam a vida das pessoas”.

A Reportagem procurou o MPor e o Governo do Estado para saber mais detalhes, porém, ambos não se manifestaram.



Ministro Silvio Costa Filho e governador Tarcísio de Freitas falaram sobre a obra e assinaram documentos, nesta quarta (12), em Brasília; teor não foi divulgado pelos governos (Reprodução)

Modelagem O Governo Estadual aprovou na segunda-feira, durante reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), na segunda-feira (10), a modelagem final do túnel imerso Santos-Guarujá. Conforme A Tribuna já havia divulgado, o projeto será feito por meio de parceria

público-privada (PPP). O governador participou da reunião.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/02/2025

PREFEITO DE CUBATÃO QUER TROCA DE ÁREAS PARA PÁTIO DE CAMINHÕES

César Nascimento ofereceu à União espaço do Município no Polo Industrial como alternativa à Ilha do Tatu

Por Bárbara Farias



Vice-presidente Geraldo Alckmin recebeu o prefeito de Cubatão, ontem, em Brasília, e conheceu proposta (Divulgação/PMC)

Contrário à instalação de um pátio para caminhões na Ilha do Tatu, ao lado do Viaduto Mario Covas, o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), propôs, nesta quarta-feira (12), uma troca à União: ofereceu uma área do Município no Polo Industrial para o projeto. O espaço tem 1 milhão de metros quadrados (m²), mais que o dobro da Ilha do Tatu.

A proposta foi apresentada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), em Brasília. O prefeito disse ao vice-presidente que um pátio de caminhões na Ilha do Tatu impactaria mais de 40 mil pessoas que moram nos bairros próximos.

Nascimento acrescentou que busca diálogo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), que já licitou a área, por estar dentro da poligonal do cais santista. “Não somos contra o desenvolvimento do Porto e da região, mas Cubatão não pode sempre ficar com ônus desse progresso”, afirmou Nascimento para Alckmin.

A área oferecida pela Prefeitura fica na região conhecida como Sítio dos Areais, às margens da Rodovia Cônego Domênico Rangoni. Ao prefeito, Alckmin informou que irá se aprofundar no assunto e levará a proposta ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Presente no encontro, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) comentou que a área ofertada “já tem licenciamento, inclusive, para receber empreendimentos”, e que o Ministério Público é contra o projeto da Ilha do Tatu.

Audiência cancelada

O prefeito de Cubatão teria ontem uma reunião com Costa Filho. O ministro, porém, cancelou a agenda porque foi chamado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para uma reunião com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre o túnel Santos-Guarujá.

A assinatura do contrato para a instalação de um condomínio logístico da Ilha do Tatu já foi feito pela APS com a empresa Condilog, com validade de 35 anos. A área tem 420 mil m² e abrigará um pátio regulador de caminhões com 1.020 vagas, que deverá ser entregue até 2028.

O presidente da APS, Anderson Pomini, está na Bélgica, mas disse que deve se reunir com o prefeito de Cubatão na semana que vem para discutir o empreendimento. O condomínio logístico terá a vantagem de acesso às rodovias Imigrantes e Anchieta, desafogando o trânsito pesado na área urbana de Cubatão.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/02/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AVISO DE PAUTA: ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DO ANO DE 2024, NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (18)

Dados serão apresentados no edifício sede da Agência, em Brasília (DF), e por transmissão no canal do YouTube da ANTAQ



Brasília, 13/02/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgará, na próxima terça-feira (18), às 10h, os dados da movimentação portuária do ano de 2024. Esses números são do Painel Estatístico Aquaviário da autarquia.

Será apresentado um compilado da movimentação de cargas nos portos brasileiros; os números de transporte de cargas em hidrovias; o total de movimentação dos produtos agrícolas, minerais,

industriais e combustíveis; entre outros.

O evento contará com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e dos diretores Flávia Takafashi, Wilson Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias, além de representantes do Ministério de Portos e Aeroportos e de entidades do setor portuário.

Será possível acompanhar o evento de forma presencial, no edifício sede da ANTAQ em Brasília (DF), e virtualmente por meio do canal da ANTAQ no YouTube. Dúvidas da imprensa podem ser enviadas para o email: imprensa@antaq.gov.br

Serviço

O quê: Divulgação do Desempenho Aquaviário do ano de 2024

Quando: terça-feira (18), a partir das 10h

Local: Hall do edifício sede da ANTAQ, na SEPN Quadra 514 Conjunto E, Asa Norte, Brasília (DF)

Link da transmissão: <https://youtu.be/nuueqocqDVo>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 13/02/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

BRASIL E BÉLGICA DEBATEM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO MODAL PORTUÁRIO

Secretário Nacional de Portos e presidente da Autoridade Portuária de Santos visitam operadores portuários da Europa para aprimorar eficiência logística brasileira



Representantes brasileiros se reuniram com gestores internacionais - Foto: Divulgação

Em busca de soluções inovadoras, sustentáveis e modernas praticadas pelos principais mercados internacionais, com o objetivo de tornar o sistema portuário brasileiro ainda mais eficiente, o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, realizou, no início desta semana, uma visita técnica ao segundo maior porto da Europa, o de Antuérpia, na Bélgica. Ao lado do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, os representantes brasileiros se reuniram com gestores internacionais para conhecer as ações tecnológicas que estão sendo implementadas pelos operadores europeus.

Uma das visitas ocorreu no Euroterminal de Antuérpia (AET), maior terminal multipropósito da Europa e que abriga os navios do Grupo Grimaldi. O terminal movimentava diariamente contêineres, cargas pesadas, fracionadas, veículos e tem como característica o uso de energia verde, em especial as diversas turbinas eólicas e várias empresas que têm H2 como produto residual das suas atividades. A empresa possui operações comerciais nos mercados da Europa, África e América do Sul e Norte.

O secretário Alex Ávila destacou que a missão "vai ajudar o Governo Federal a expandir os horizontes quanto à gestão dos portos brasileiros, bem como melhorar as boas práticas no planejamento portuário. Estou impressionado com a tecnologia em sustentabilidade. Tenho certeza que a gente vai tirar daqui muitas ideias boas para poder organizar e colocar em prática nos nossos portos", afirmou Ávila.

Anderson Pomini destacou a eficiência logística do espaço e a completa eletrificação em todo o complexo portuário. "O porto de Antuérpia tem muita tecnologia, principalmente para operação portuária e para o tema descarbonização. A geração de energia alternativa é garantida por meio das pás eólicas existentes nos 3 km de cais do terminal, que conta com mais de 2,5 milhões metros quadrados. Aqui vamos tirar muita experiência para levarmos para o nosso porto de Santos e aos portos brasileiros", ressaltou.

Helder Miguel Malaguerra, representante do grupo de navegação marítima Grimaldi no Brasil, indicou que a troca de experiência entre as autoridades brasileiras e operadores do porto da Antuérpia é importante para que tecnologias sustentáveis sejam implementadas em todos os portos do mundo. "Espero que o nosso terminal sirva de inspiração para os novos empreendimentos que vão surgir no Brasil, que são tão necessários para o desenvolvimento logístico e econômico", concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 13/02/2025

GOVERNO FEDERAL OFICIALIZA ARRENDAMENTO DO PORTO DE SANTANA (AP) E ANUNCIA INVESTIMENTOS MILIONÁRIOS

Com investimentos de R\$ 89 milhões, o terminal será ampliado e modernizado para impulsionar o escoamento de grãos como soja e milho

Arrendamento do terminal MCP03, no Porto de Santana (AP) - Foto: Eduardo Oliveira



O Governo Federal realizou, nesta quinta-feira (13), uma série de entregas no estado do Amapá, visando impulsionar a economia local e melhorar a infraestrutura logística da região. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, oficializaram o arrendamento do terminal MCP03, no Porto de Santana (AP), que será utilizado para a armazenagem de grãos como soja e milho. O contrato prevê investimentos de R\$ 89 milhões ao longo de 25 anos, contemplando a ampliação do Píer 1, dragagem de aprofundamento e pavimentação.

O leilão do terminal MCP03, realizado em dezembro de 2024, resultou em um contrato válido até 2049. As melhorias incluem expansão e modernização da infraestrutura, além do aumento da capacidade de carga, que passará de 450 mil toneladas para 917 mil toneladas, fortalecendo o escoamento da produção agrícola.

Durante a cerimônia, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a relevância do Porto de Santana para a economia do Amapá. “Hoje estamos anunciando investimentos de cerca de R\$ 90 milhões no terminal de graneis vegetais da região. Esses recursos vão gerar mais de 500 empregos diretos no estado, fortalecendo o desenvolvimento local. O Governo Federal segue comprometido em melhorar a qualidade de vida da população. Vamos juntos construir um Brasil mais justo, mais solidário e, sobretudo, um Brasil para os brasileiros”, afirmou o ministro.

“O que está acontecendo neste momento é um feito histórico. Agora o Amapá vai receber pessoas do Brasil inteiro. Somos um estado ribeirinho que não tinha um terminal hidroviário e agora teremos um. Somos o estado mais preservado, com 73,5% das nossas terras protegidas. Produzimos mais oxigênio para o mundo do que expelimos CO2, com desmatamento zero, então temos direito ao desenvolvimento. Estamos lutando para construir consensos em relação ao Amapá.”, disse o governador do Amapá, Clécio Luís.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula, destacou o empenho do Governo Federal na geração de emprego e renda para a população. “Quero transformar os pobres a ter uma vida digna e decente. Tenho uma máxima, dinheiro na mão do povo significa desenvolvimento econômico e distribuição de riqueza e assim a economia cresce. Os pobres precisam participar da vida econômica do país”, afirmou.

Sobre o terminal

Localizado dentro da Poligonal do Porto Organizado de Santana, na região do Arco Norte, o terminal MCP03 opera sob a jurisdição da Companhia Docas de Santana (CDSA) e é considerado estratégico para a logística aquaviária e interportuária do país. O projeto de modernização inclui a expansão dos berços de atracação, aumento do calado operacional e melhorias no acesso terrestre, alinhadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O terminal ocupa uma área de 11.677 m² e é dedicado à movimentação e armazenagem de graneis sólidos vegetais, como soja e milho. A área passará por ampliação da capacidade de armazenamento, com a implantação de novos silos e modernização da infraestrutura existente. Essas melhorias visam consolidar o Porto de Santana como um dos principais corredores logísticos do agronegócio brasileiro.

A comitiva presidencial também contou com a presença dos ministros Waldez Góes (MIDR), Paulo Teixeira (MDA), Esther Dweck (MGI), Jader Filho (MCid) e Camilo Santana (MEC), que também fizeram anúncios que vão gerar mais qualidade de vida à população amapaense.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/02/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CAMINHONEIROS GANHAM NOVO PONTO DE PARADA E DESCANSO (PPD) NA DUTRA, EM ITATIAIA

Estrutura é resultado da Política Nacional de PPDs em rodovias federais, instituída pelo Ministério dos Transportes. A unidade possui 140 vagas de estacionamento, refeitório, vestiário com chuveiros, lavanderia e sala de descanso



PPD vai proporcionar mais segurança e conforto para aos motoristas de veículos pesados que percorrem o eixo logístico Rio-São Paulo - Foto: CCR RioSP/ Divulgação

Os motoristas de veículos pesados que cruzam o Brasil passando pela Via Dutra poderão contar com um novo espaço para fazerem pausas de maneira segura e confortável. A rodovia, concedida à CCR RioSP, passa a contar, a partir desta quinta-feira (13), com um Ponto de Parada e Descanso (PPD) no

município carioca de Itatiaia. A estrutura está localizada no km 319,6 da pista no sentido Rio de Janeiro.

“O presidente Lula recomendou a mim que estabelecesse um cronograma para entregar de Pontos de Parada e Descanso em todo o Brasil. É desumano um caminhoneiro trabalhar horas seguidas sem ter onde parar o caminhão para descansar, ficando exposto na beira de uma estrada sem qualquer segurança”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho. “Nós vamos fazer em todo país pelo menos quarenta PPDs em rodovias concedidas nos próximos anos”, completou.

Em 2024 o Ministério dos Transportes estabeleceu por meio da Portaria nº 387/2024 a Política Nacional de implantação de Pontos de Parada e Descanso (PPD) em rodovias federais. Uma das frentes desta política é o compromisso com a implantação de PPDs tanto nas vias administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) quanto nas estradas concedidas sob gestão da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

Com a implantação do PPD de Itatiaia, os caminhoneiros passam a contar com sete pontos de descanso em rodovias concedidas em todo o país. “Implantar mais Pontos de Parada de Descanso para caminhoneiros e caminhoneiras nas rodovias federais concedidas é uma prioridade do Governo Federal e do Ministério dos Transportes estabelecida na nova política de outorgas. Isso traz mais segurança para quem trafega nas estradas e ainda mais desenvolvimento para a economia do Brasil”, afirmou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

PPD de Itatiaia

A nova instalação de Itatiaia possui 140 vagas de estacionamento, refeitório, vestiário com chuveiros, lavanderia e sala de descanso. A estrutura conta com investimentos da ordem de R\$ 30 milhões aportados pela CCR RioSP, em consonância com a Política Nacional de PPDs e promoverá segurança aos caminhoneiros, tornando-se mais uma opção de descanso para os motoristas

No espaço é possível pernoitar, ter acesso a banheiros femininos, masculinos e para PCD, todos equipados com chuveiro com água quente, dormitório, refeitórios e lavanderias. O local também conta com fraldário e sala de descanso com TV e espreguiçadeiras.

A área externa conta com 24 vagas para BTL (bitrem longo), 96 vagas para BT7 (Caminhões e carretas) e 20 vagas para carros, além de 2 vagas com tomadas destinadas a caminhão frigorífico. Todo o espaço é monitorado 24 horas por câmeras de segurança.

“Construímos mais esse espaço para oferecer bem-estar aos motoristas de veículos pesados que trafegam diariamente pelo eixo São Paulo-Rio de Janeiro, um importante corredor logístico do país com grande relevância industrial”, destacou a diretora-presidente da CCR RioSP, Carla Fornasaro.

Esse é o segundo PPD construído pela CCR RioSP na Via Dutra. O primeiro foi inaugurado em julho de 2024 e fica localizado em Pindamonhangaba, no km 95 da pista sentido Rio de Janeiro. De acordo com a CCR, a média de ocupação do PPD de Pindamonhangaba é de 265 veículos por dia.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 13/02/2025

RODOVIA FERNÃO DIAS, UM DOS PRINCIPAIS EIXOS RODOVIÁRIOS DO PAÍS, TERÁ CONTRATO OTIMIZADO

Acordo fechado no TCU prevê antecipação em 10 anos de obras importantes no corredor SP - MG



Trecho da Rodovia Fernão Dias, que terá contrato otimizado - Crédito: Arteris Fernão Dias

Os cerca de 250 mil motoristas que circulam por dia pela Rodovia Fernão Dias, como a BR-381 é chamada no trecho entre SP e MG, serão beneficiados com o acordo fechado nesta segunda-feira (10), na Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Firmado entre o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Arteris Fernão Dias, que administra a rodovia, o acordo prevê um contrato otimizado e modernizado, com novas obrigações de investimentos e antecipação de execução de obras. A repactuação deve gerar cerca de R\$15 bilhões em investimentos.

“Com isso, os usuários da segunda rodovia mais importante do país, em volume de tráfego, não precisarão aguardar o término do contrato para receberem grandes melhorias. Anteciparemos em 10 anos a execução de obras importantes, como por exemplo a correção de traçado”, ressaltou a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

O tráfego na rodovia, no trecho entre Guarulhos (SP) e Contagem (MG), é composto por 37,1% de veículos comerciais e 62,9% de veículos de passeio. Esse segmento da estrada atende cerca de 16,6 milhões de habitantes.

O contrato da Arteris Fernão Dias é de 2008 e vigoraria, originalmente, até 2032. A rodovia teve o programa de obras praticamente todo executado pela concessionária, mas o contrato não previa regras claras sobre ampliação de capacidade e outras melhorias, caso houvesse um crescimento do volume de tráfego ao longo dos anos.

Além disso, por ser um contrato mais antigo, sem a modernização regulatória decorrente da atual política pública, existem dificuldades na gestão contratual. O novo contrato, após aprovação do plenário do TCU, irá a leilão, aberto a outras empresas privadas.

A decisão abre caminho para a continuidade do programa de Otimizações do Ministério dos Transportes, que estima alocar R\$110 bilhões em investimentos para as concessões.

Contratos modernizados

O MT estabeleceu, por meio da Portaria nº 848, de 25 de agosto de 2023, os procedimentos relativos à otimização dos contratos de concessão.

No caso dos ativos rodoviários, os contratos se estendem por décadas e, naturalmente, muitas das premissas econômicas, financeiras, sociais, técnicas e de performance podem não se materializar ao longo dos anos, de forma satisfatória, nos moldes em que foram idealizadas. Podem surgir ainda a necessidade de execução de novas obras ao longo dos contratos de concessão, em consequência do desenvolvimento de determinadas regiões.

Assim, a otimização permitirá uma modernização e padronização desses contratos, possibilitando a retomada imediata da execução de obras em concessões que estão com os contratos "estressados", isto é, com obras paralisadas e/ou com obrigações suspensas, incluindo também aqueles em que os principais investimentos já foram realizados.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/02/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ADERE A PROGRAMA DE RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO EM OBRAS DE FERROVIAS E RODOVIAS

Para oferecer emprego decente e remunerado em empreendimentos do Novo PAC, ministério e suas veiculadas farão parte da iniciativa coordenada em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça e Segurança Pública



Programa Emprega 347, dentro do Pena Justa, envolve Ministério dos Transportes, DNIT, ANTT e Infra S/A - Marcio Ferreira/MT

“Essa grande ação, antes de tudo, é o compromisso do ministro Renan Filho e do sistema de transportes brasileiro em colaborar com a melhoria da infraestrutura do país ao mesmo tempo em que avançamos em aspectos de segurança pública e cidadania.” É assim que o subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, define a adesão do Ministério dos Transportes ao programa Pena Justa, lançado na noite

desta quarta-feira (12), durante solenidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a iniciativa tem por objetivo ampliar as oportunidades de capacitação profissional e facilitar a reinserção de apenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

A participação do ministério se dará no âmbito do Emprega 347, conjunto de ações que compõem o Pena Justa e visam dar oportunidade de trabalho a 100% das pessoas presas, seja dentro de unidades prisionais, obras do Novo PAC ou em empresas parceiras do Governo Federal. No caso dos Transportes, a oferta de vagas, com remuneração justa, atenderá a detentos e ex-detentos, em canteiros de obras de empreendimentos rodoviários e ferroviários listados como prioritários no Novo PAC.



“O Programa Emprega 347, dentro do Pena Justa, envolve não apenas o Ministério dos Transportes, mas também o DNIT, a ANTT e a Infra SA. Vamos mobilizar nossos parceiros privados para trazer a ressocialização para dentro das nossas unidades. A ideia é criar oportunidades de emprego, educação e capacitação. Queremos oferecer a eles a chance de ter um emprego, estudar, aprender e se reinserir na sociedade de forma digna e produtiva”, resumiu o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, após a assinatura do convênio. “São pessoas estão privadas de liberdade, mas não de dignidade, e o ministério quer ajudar a ampliar a oferta de cidadania e dignidade a essas pessoas”, completou o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão.

Esforço conjunto

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) permitem o trabalho de detentos, que pode ser realizado dentro ou fora dos presídios, desde que haja vigilância direta. O trabalhador preso tem direito a uma remuneração correspondente a 75% do salário mínimo, o que equivale a R\$ 1.138,50. Contudo, segundo o CNJ, mais de 75% das pessoas privadas de liberdade não exercem hoje atividade laboral e 43,88% não recebem qualquer tipo de remuneração. Esse cenário evidencia falhas na execução penal e reforça a necessidade de ampliar a oferta de capacitação profissional e oportunidades de trabalho – aspectos centrais dos Eixos 2 e 3 do programa Pena Justa.

O incentivo ao trabalho dentro e fora do sistema prisional pode trazer impactos positivos tanto para os encarcerados e egressos quanto para empresas e instituições envolvidas no acordo, que contarão com mão de obra para setores como infraestrutura de transportes e produção de bens. Assim, o programa representa um avanço para toda a sociedade.

A proposta tem origem em uma decisão do STF, quando a Corte reconheceu que o sistema prisional brasileiro apresenta violações sistemáticas de direitos humanos, incluindo infraestrutura precária, condições inadequadas de higiene e alimentação, atendimento de saúde deficitário, superlotação, falhas na gestão processual dos apenados e relatos de tortura e maus-tratos. Diante desse cenário, o STF determinou que a União, em conjunto com o CNJ e com o apoio de diversas instituições e da sociedade civil, elaborasse um plano para enfrentar as deficiências do sistema carcerário. O Pena Justa é resultado direto desse esforço conjunto.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 13/02/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: UM AVANÇO PARA A MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A reunião entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa quarta-feira, dia 12, para discutir o projeto do túnel Santos-Guarujá (SP), é mais um passo importante para a concretização dessa obra tão aguardada pela população. A união de esforços entre os governos federal e estadual demonstra o reconhecimento da relevância estratégica desse empreendimento para o desenvolvimento da região e para o País como um todo.

O túnel Santos-Guarujá é muito mais do que uma simples ligação entre duas cidades. Trata-se de um projeto de grande impacto social e econômico que trará inúmeros benefícios para a região. Ao desafogar o tráfego nas balsas e reduzir o tempo de deslocamento entre Santos e Guarujá, o túnel contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população, além de estimular o desenvolvimento econômico da região.

A integração do túnel ao sistema de transporte público, com a previsão de uma faixa exclusiva para o VLT, é fundamental para garantir a mobilidade urbana da região. Ao oferecer uma alternativa mais rápida e eficiente ao transporte individual, o túnel contribuirá para a redução do congestionamento e da poluição atmosférica.

A construção do túnel Santos-Guarujá também representa um avanço tecnológico significativo. Trata-se de uma obra complexa que exigirá o emprego de soluções inovadoras e de alta tecnologia. A experiência adquirida com a construção desse túnel poderá ser utilizada em outros projetos de infraestrutura no País.

No entanto, é preciso reconhecer que o projeto ainda enfrenta desafios. A aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) é fundamental para garantir a legalidade e a transparência do processo licitatório. Além disso, é preciso garantir que a obra seja realizada com qualidade e dentro do prazo previsto.

O Governo Federal e o Governo Estadual devem trabalhar em conjunto para agilizar os processos e garantir que o projeto seja implementado o mais rápido possível. A população da região aguarda ansiosamente a conclusão dessa obra, que trará benefícios para as próximas gerações.

O túnel Santos-Guarujá é um projeto estratégico para o desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. Ao conectar as duas cidades de forma mais eficiente e segura, o túnel contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento econômico e para fortalecer ainda mais o Porto de Santos como um dos mais importantes da América Latina. Nesse cenário, é fundamental que as autoridades trabalhem em conjunto para garantir a conclusão desse projeto no menor prazo possível.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - LULA APOIA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PRESSÃO PRESIDENCIAL 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nessa quarta-feira, dia 12, que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) precisa autorizar a Petrobras a perfurar poços em busca de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas (FZA-M-59), na Margem Equatorial, no litoral do Amapá. A região tem grande potencial de conter reservatórios de petróleo, no entanto, a exploração é questionada por ambientalistas, em razão de possíveis danos ambientais.

PRESSÃO PRESIDENCIAL 2

“Não é que vou mandar explorar, eu quero que ele seja explorado. Agora, antes de explorar, temos que pesquisar, temos que ver se tem petróleo, a quantidade de petróleo, porque muitas vezes você cava um buraco de 2 mil metros de profundidade e não encontra o que imaginava”, disse em entrevista à Rádio Diário FM, de Macapá (AP). “Talvez na semana que vem ou nesta semana haja uma reunião com a Casa Civil, com o Ibama e precisamos autorizar que a Petrobras faça a pesquisa. É isso que nós queremos. Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é pra ficar nesse lenga-lenga, o Ibama é um órgão do Governo parecendo que é um órgão contra o Governo”, acrescentou.

PRESSÃO PRESIDENCIAL 3

A Margem Equatorial abrange cinco bacias em alto-mar, entre elas, a Bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá, cuja licença para prospecção marítima foi negada em maio de 2023 e gerou debates públicos sobre a exploração da região.

GANHA-GANHA 1

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu, nessa quarta-feira, o estabelecimento de cotas de isenção para o aço e alumínio enviados para os Estados Unidos. Dessa forma, o Brasil poderia exportar determinada quantidade de aço e alumínio sem pagar a íntegra da taxa. Alckmin disse ainda que vai procurar as autoridades norte-americanas para negociar os termos da taxa de 25% sobre as importações impostas pelo presidente Donald Trump.

GANHA-GANHA 2

“Sempre é um bom caminho a gente buscar o ganha-ganha”, defendeu Alckmin após evento no Palácio do Planalto. O vice-presidente lembrou que os Estados Unidos têm um superávit de US\$ 7,2 bilhões com o Brasil, ou seja, vendem mais bens e serviços do que compram. Além disso, segundo ele, a taxa de importação final do Brasil para produtos norte-americanos é baixíssima, de 2,7%, já que muitos produtos importados têm alíquota zero, como máquinas e equipamentos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/02/2025

REGIÃO SUDESTE - LULA E TARCÍSIO SE ALINHAM PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Governo de SP diz que está “com tudo pronto” para soltar a licitação, mas governo federal manteve indefinição sobre tema

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O projeto do túnel Santos-Guarujá é considerado o maior do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e será realizada em parceria entre os governos federal e estadual. Foto: Arquivo/Agência Brasil

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quarta-feira (12), em Brasília, para discutir o projeto de construção do túnel Santos-Guarujá, que visa conectar as duas cidades por meio de uma travessia submersa. O encontro foi confirmado pela assessoria do governador, embora não constasse nas agendas oficiais das

autoridades.

Orçada em R\$6 bilhões, a construção do túnel Santos-Guarujá é considerada o maior projeto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e será realizada em parceria entre os governos federal e estadual, com os custos divididos igualmente entre as partes. No entanto, ainda não há uma definição sobre qual ente ficará responsável por conduzir a licitação do projeto, que atualmente está sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme divulgado pela Jovem Pan News, o objetivo era que Tarcísio apresentasse ao presidente da República que a gestão paulista já está “com tudo pronto” para soltar a licitação, o que aceleraria o processo – o cronograma do governo federal e do Ministério de Portos prevê a divulgação do edital da obra entre julho e agosto de 2025.

Ainda segundo a emissora, pessoas próximas ao presidente e ao governador afirmam que o encontro teve um saldo positivo. Procurada pela Rede BE News, a equipe de Tarcísio informou que aguarda o anúncio final do governo federal sobre o processo.

O projeto prevê a construção de um túnel de 870 metros de extensão sob o mar, oferecendo um trajeto mais rápido para os moradores que transitam entre as cidades. Além disso, a obra reduzirá o impacto do tráfego de caminhões e facilitará a logística de acesso ao maior porto do país.

Atualmente, a travessia entre os dois municípios é feita por balsas e catraias, utilizadas diariamente por mais de 21 mil veículos, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres. O novo túnel terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros submersos, e contará com três faixas de rolamento em cada sentido, incluindo uma exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Mobilização

O presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, deputado Alexandre Barbosa (PSDB), após encontro com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, contou em entrevista para a Rede BE News que, dentro do Congresso Nacional, tem mobilizado esforços para contribuir com o projeto do túnel Santos-Guarujá.

"Estamos trabalhando para cumprir esse cronograma de publicar o edital ainda este ano e contratar a obra para que ela possa se iniciar em 2026. Esse é o objetivo", afirmou Barbosa.

O parlamentar reforçou que acredita que as etapas burocráticas estão sendo superadas dentro dos prazos estabelecidos e que, no momento, a principal pendência é definir qual esfera de governo será responsável por publicar o edital.

"A gente está no momento em que as vaidades devem ser deixadas de lado em prol do interesse coletivo, do bem comum, ou seja, que é executar a obra, entregar essa obra e pensar nas pessoas que sofrem pela ausência da obra, que têm que acordar muitas vezes 1, 2 horas mais cedo para chegar no seu local de trabalho, com o túnel poderão fazer os deslocamentos de forma muito mais rápida."

O prefeito do Guarujá, Farid Madi (Podemos), detalhou que os impactos do túnel na cidade estão sendo discutidos diretamente com a autoridade portuária (APS) de Santos.

"O impacto que esse túnel vai causar na cidade, essas obras de infraestrutura nós estamos discutindo [...]. Estamos avançando, tenho certeza de que tudo vai correr bem e que as nossas demandas serão todas atendidas", declarou.

Também participaram do encontro a secretária de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá, Thaís Margarido, e o secretário de Turismo do município, Aildo Rodrigues Ferreira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

NACIONAL - EMBRAER ANUNCIA R\$ 20 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO BRASIL ATÉ 2030

Plano prevê ampliação da produção de aeronaves, expansão global e desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Silvio Costa Filho e Francisco Gomes Neto: iniciativa prevê a ampliação da produção de aeronaves, a expansão dos negócios internacionais, além de tecnologias sustentáveis.
Foto: Vosmar Rosa/MPor

A Embraer anunciou um investimento de R\$ 20 bilhões no Brasil até 2030, em parceria com o Governo Federal. O plano foi apresentado pelo CEO e presidente da empresa, Francisco Gomes Neto, ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, na quarta-feira (12). A iniciativa prevê a ampliação da

produção de aeronaves, a expansão dos negócios internacionais e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para reduzir as emissões de carbono no setor aeronáutico.

O anúncio também foi feito durante a cerimônia do programa Nova Indústria Brasil, no Palácio do Planalto, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e autoridades do Governo Federal. Entre os projetos contemplados pelo investimento está o eVTOL (veículo elétrico de decolagem e pouso na vertical), produzido pela EVE, subsidiária da Embraer.

O ministro Silvío Costa Filho destacou a relevância do aporte financeiro da Embraer, ressaltando o impacto na indústria nacional. “Esse anúncio vem para fortalecer a indústria brasileira e reforçar a importância da empresa nacional forte, com credibilidade dentro e fora do Brasil”, afirmou.

Francisco Gomes Neto enfatizou a importância do programa Nova Indústria Brasil para a competitividade do país e reforçou o compromisso da Embraer com o setor. “A parceria com a Embraer, e com toda a Base Industrial de Defesa, continuará sendo fundamental para incentivar as exportações de produtos brasileiros, assim como a geração de empregos qualificados e de renda, garantindo também o domínio de tecnologias críticas voltadas à soberania nacional”, afirmou o CEO da empresa.

A empresa

A Embraer atua nos segmentos de aviação comercial, executiva, agrícola e de defesa e segurança. Fundada em 1969, a empresa projeta, desenvolve, fabrica e comercializa aeronaves e sistemas, além de fornecer serviços de pós-venda. Com mais de 9 mil aeronaves entregues, a cada 10 segundos um avião fabricado pela Embraer decola em algum lugar do mundo, transportando anualmente mais de 150 milhões de passageiros. A companhia é líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos e a principal exportadora de bens de alto valor agregado do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

NACIONAL - AUDITORES-FISCAIS MANTÊM GREVE E TRAVAM LIBERAÇÃO DE CARGAS

Desembaraço aduaneiro está suspenso por 15 dias; Governo Federal ainda não apresentou proposta
Por JÚNIOR BATISTA junior.batista@redebenews.com.br



Os auditores exigem reajuste nos vencimentos básicos, pagamento do bônus de eficiência para ativos e aposentados e a destinação de recursos do Fundaf para o plano de saúde. Foto: Divulgação

Em greve há 77 dias, os auditores-fiscais da Receita Federal suspenderam a partir de quarta-feira (12) o desembaraço aduaneiro, procedimento que envolve a liberação de mercadorias pela alfândega. A ação, que faz parte da medida “Desembaraço Zero”, terá

duração de 15 dias, informou o Comando Nacional de Mobilização (CNM).

Os trabalhadores exigem reajuste nos vencimentos básicos. A categoria também pede o pagamento integral do bônus de eficiência para ativos e aposentados e a destinação de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para subsidiar o plano de saúde.

No fim da manhã de terça-feira (11), representantes do Sindifisco Nacional e do Comando Nacional de Mobilização (CNM) se reuniram com integrantes do Ministério da Fazenda e da Receita Federal. No entanto, segundo o presidente do Sindifisco Nacional, auditor-fiscal Dão Real Pereira, o governo

não apresentou uma proposta que contemplasse os pleitos da categoria. “Infelizmente, não conseguimos a resposta positiva que todos nós queríamos, o que nos leva à necessidade de continuarmos firmes na greve. O secretário disse estar confiante de que haverá uma solução, mas não se comprometeu com prazos”, disse.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, garantiu que o órgão segue em diálogo com o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) para encontrar uma saída para as reivindicações. De acordo com o coordenador do CNM, auditor-fiscal Marcus Dantas, as pressões do movimento grevista têm alcançado os ministros da Fazenda e da Gestão, mas ainda não foram suficientes para garantir um avanço significativo. “Nossa greve tem que continuar até a nossa vitória”, afirmou.

O ato de terça-feira durou cerca de duas horas. No período da tarde, os representantes do CNM realizaram uma reunião para discutir estratégias de intensificação da mobilização. Segundo Dantas, a categoria precisa manter-se mobilizada e comprometida nos próximos dias, considerados decisivos para o desfecho das negociações. “A greve segue incomodando o governo, e esse é um sinal de que estamos no caminho certo”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

NACIONAL - ACORDO ENTRE BRASIL E URUGUAI AMPLIA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

Objetivo é melhorar a troca de energia entre os dois países, com benefícios para a eficiência e a estabilidade das redes elétricas

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O ponto de entrega da energia uruguaia será transferido da Subestação de Energia Presidente Médici, que opera com 230 kV, para a SE Candiota II, no Rio Grande do Sul

O Brasil e o Uruguai deram um passo importante para fortalecer a integração energética entre os dois países. Na quarta-feira (12), em Montevideu, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o

Ministério de Indústria, Energia y Minería do Uruguai. O acordo visa ampliar e melhorar as condições de intercâmbio de energia elétrica, garantindo maior eficiência e segurança na distribuição.

Com a assinatura do documento, o ponto de entrega da energia uruguaia será transferido da Subestação de Energia (SE) Presidente Médici, que opera com 230 kilo Volt (kV), para a SE Candiota II, no Rio Grande do Sul, que funciona com 525 kV. Essa mudança permitirá um melhor aproveitamento da infraestrutura elétrica da região e reduzirá o risco de sobrecarga na rede.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o acordo está alinhado com os objetivos estratégicos do Governo brasileiro para fortalecer a integração energética na América do Sul. “O Uruguai, país irmão vizinho, tem importado cada vez mais energia do Brasil. E nos exporta também, quando necessitamos. Fortalecer essa interconexão elétrica com o Uruguai é um aprimoramento bem-vindo à integração regional e, certamente, essa medida trará benefícios dos dois lados da fronteira, diminuindo custos e aumentando a confiabilidade do sistema a partir do intercâmbio entre os dois países”, destaca.

A assinatura do Memorando de Entendimento ocorreu durante a IX Mesa de Diálogo do Sistema de Integração Energética dos Países do Sul (Siesur, na sigla em espanhol). A mudança no ponto de entrega da energia uruguaia para a rede de 500 kV resultará em um sistema de maior capacidade e

menor risco de interrupções, além de aliviar a atual sobrecarga na rede de 230 kV no sul do Rio Grande do Sul, impactada pelo crescimento da geração renovável na região.

Com o acordo firmado, o Ministério de Minas e Energia tomará medidas para viabilizar a interligação física entre as Subestações Candiota e Candiota II, um passo fundamental para efetivar a transferência do ponto de entrega de energia uruguaia. Na primeira reunião de 2025 do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE), a melhoria no suprimento energético foi um dos temas em destaque. Segundo o relatório final, na primeira semana de fevereiro, o Brasil exportou 1.093 Megawatt-médios (MWMédios) para a Argentina e o Uruguai, volume equivalente à geração total das termelétricas da região Sul no mesmo período.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

REGIÃO SUDESTE - CUBATÃO OFERECE ÁREA DE 1 MILHÃO DE M² AO GOVERNO PARA INSTALAÇÃO DE PÁTIO

Prefeitura sugere área licenciada no Polo Industrial e reforça oposição ao projeto da APS na Ilha do Tatu

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O prefeito de Cubatão, César Nascimento, apresentou a proposta ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Foto: Thiago Macedo/Prefeitura de Cubatão

A Prefeitura de Cubatão (SP) apresentou ao Governo Federal uma proposta para a instalação de um condomínio logístico com um pátio de caminhões, oferecendo uma área de aproximadamente 1 milhão de m² pertencente ao município. A proposta foi entregue ao vice-

presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em audiência realizada na quarta-feira (12), em Brasília (DF).

A Autoridade Portuária de Santos (APS) havia anunciado a construção de quatro novas estruturas logísticas na Baixada Santista, com o objetivo de organizar o fluxo de veículos que acessam o Porto de Santos. As novas unidades, que incluem pátios de caminhões, estão previstas para serem implantadas em Cubatão, Santos, São Vicente e Guarujá, com capacidade para mais de 2.800 veículos e uma área total de 719 mil metros quadrados.

No entanto, o projeto de construção de um pátio de caminhões na Ilha do Tatu foi contestado pela administração de Cubatão. O local proposto pela APS, situado em uma área de preservação ambiental no coração de uma zona residencial que abriga mais de 40 mil pessoas, é considerado inadequado pela Prefeitura devido aos impactos ambientais e urbanísticos. O atual projeto na Ilha do Tatu prevê a ocupação de uma área de 106.637 m², com capacidade para 500 vagas até 2028. O pátio regulador será operado pela Condilog, empresa vencedora da licitação. O contrato de concessão, com duração de 35 anos, prevê um investimento total de R\$ 3 bilhões, incluindo a construção de um Parque Ecológico denominado Guará Vermelho na área de preservação.

Em resposta, o secretário de Governo de Cubatão, Allan Matias, explicou a situação, destacando a necessidade de buscar soluções alternativas e mais adequadas para o projeto.

“A prefeitura quer ceder uma área de mais de 1 milhão de m² para poder colocar esse pátio de contêineres”, disse Matias em entrevista ao BE News. “A gente precisa colocar, sim, o pátio de contêineres ali na poligonal, mas em lugares mais estratégicos. Comprendemos a importância do

pátio, mas queremos trazer soluções mais adequadas para um assunto tão importante do Porto de Santos, que impacta no PIB do nosso Brasil”.

A proposta da Prefeitura envolve a utilização de um terreno no Sítio dos Areais, dentro do Polo Industrial de Cubatão, às margens da Rodovia Cônego Domênico Rangoni. Este local, já licenciado para empreendimentos, tem capacidade para abrigar o condomínio logístico e um pátio de caminhões com mais de mil vagas. Matias também ressaltou que a escolha desse terreno se deu pela sua localização estratégica para receber o fluxo da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, cuja construção está prevista para os próximos anos.

“Nós não somos contra o desenvolvimento do Porto de Santos. Sabemos a importância de ter um local aconchegante e estratégico para o caminhoneiro poder estacionar”, disse Matias.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), presente na audiência, também se manifestou em apoio à proposta de Cubatão. Ele destacou a diferença entre a área de preservação ambiental da Ilha do Tatu e a área oferecida pela Prefeitura, que já tem licenciamento e está apta a receber empreendimentos. Barbosa reforçou que o projeto da Ilha do Tatu já enfrenta a contrariedade de órgãos como o Ministério Público.

Alckmin recebeu a proposta e se comprometeu a discutir a questão com o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para buscar uma solução para o impasse.

Reunião adiada

Após a audiência com Alckmin, o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), e sua comitiva tinham uma reunião agendada no Ministério de Portos e Aeroportos. Contudo, minutos antes do encontro, a assessoria do ministro Silvio Costa Filho cancelou a reunião, justificando que o ministro precisaria participar de uma agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para discutir o edital de construção do túnel Santos-Guarujá.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

NACIONAL - GESTORES MUNICIPAIS DISCUTEM INFRAESTRUTURA EM BRASÍLIA

Evento promovido pela FPPA debateu desenvolvimento regional, melhorias portuárias e novos investimentos para São Paulo

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa, se reuniu com 61 gestores da Baixada Santista e do Vale do Ribeira. Foto: Divulgação

A sede da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), em Brasília (DF), recebeu um encontro estratégico liderado pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP). O evento reuniu 61 prefeitos de São Paulo, incluindo representantes da Baixada Santista e Vale do Ribeira, para discutir pautas essenciais para o desenvolvimento econômico e social das regiões. Entre os

principais temas abordados estavam saúde, educação, inclusão social e investimentos em infraestrutura portuária e aeroportuária.

“A Baixada Santista e o Vale do Ribeira têm um papel fundamental na economia do estado e do país, e nosso compromisso é garantir que investimentos em infraestrutura, logística e desenvolvimento regional avancem. Como presidente da FPPA e agora membro da Mesa Diretora da Câmara, seguirei trabalhando para que essas regiões tenham a atenção e os recursos necessários para crescerem ainda mais, impulsionando o Brasil”, destaca Barbosa.

Durante o encontro, Barbosa anunciou a liberação de emendas parlamentares para as cidades e reforçou seu compromisso em buscar mais investimentos para a região. O deputado, que também integra a Mesa Diretora da Câmara, ressaltou a importância de garantir recursos e atenção do governo federal para impulsionar o desenvolvimento local.

O evento ocorreu paralelamente ao Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado de 11 a 13 de fevereiro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Promovido pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o encontro reúne gestores municipais de todo o país para debater políticas públicas e alinhar estratégias para os próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

BRASIL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT AMPLIA ARTICULAÇÕES PARA SUDESTE E LATAM EXPORT

Fabrício Julião visita PortosRio, debate segurança e descarbonização e reforça parcerias para os eventos que acontecerão de 1º a 3 de abril

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O CEO do Brasil Export se encontrou com o presidente da PortosRio no dia de seu aniversário e reforçou a parceria para o Sudeste e Latam Export. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, esteve no Rio de Janeiro na quarta-feira, dia 12, para uma série de encontros estratégicos voltados ao fortalecimento do setor portuário e da economia do mar. Durante sua visita, reuniu-se com

importantes lideranças e discutiu pautas essenciais para os próximos eventos do Brasil Export.

Um dos momentos marcantes da agenda foi a visita à PortosRio, Autoridade Portuária que administra os portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis. Ele foi recebido pelo presidente da empresa, Francisco Martins, que fez aniversário na quarta-feira. Na ocasião, Julião destacou a relevância do apoio da companhia para a realização do Latam Export e do Sudeste Export, que acontecerão de 1º a 3 de abril, no Rio de Janeiro.

“Em visita à PortosRio, fui recebido por Francisco Martins, presidente da empresa, com quem conversei sobre o Latam Export e o Sudeste Export, que acontecerão de 1º a 3 de abril, no Rio de Janeiro. O apoio da PortosRio é fundamental para garantirmos o sucesso desses eventos, assim como ocorreu em edições anteriores. Além disso, aproveitei para parabenizar o presidente pelo excelente trabalho à frente da instituição e pelo seu aniversário neste dia especial”, escreveu Fabrício nas redes sociais.

No vídeo que acompanhou a postagem do CEO do Brasil Export, Francisco Martins também ressaltou a importância dos eventos e manifestou entusiasmo em relação à parceria. “Esperamos ser um anfitrião dos eventos que estão por vir à altura da grandeza do Brasil Export”, disse Martins, que agradeceu a visita e disse ter sido um prazer receber Julião justamente no dia de seu aniversário.

Economia do mar

Outro compromisso relevante foi a reunião com o subsecretário técnico de Energias e Economia do Mar, almirante Sergio Chaves Junior, e o subsecretário adjunto de Economia do Mar, Marcelo Felipe Alexandre. O encontro teve como objetivo alinhar as principais pautas da Secretaria de Energia e Economia do Mar do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao Sudeste Export. Sobre essa agenda, Fabrício Julião comentou:

“Nos reunimos com o subsecretário técnico de Energias e Economia do Mar, almirante Sergio Chaves Junior, e o subsecretário adjunto de Economia do Mar, Marcelo Felipe Alexandre, para alinhar as principais pautas da Secretaria de Energia e Economia do Mar do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao Sudeste Export. Ficou firmado o compromisso de integração dessas demandas, e ambos serão convidados para a próxima reunião de conselho, onde finalizaremos a programação técnica”, escreveu.

Entre os temas prioritários, destacam-se:

- Descarbonização das operações marítimas;
- Aumento da segurança e retenção de negócios;
- Integração da cidade do Rio de Janeiro com a economia do mar.

Seguimos fortalecendo o setor e conectando os principais agentes dessa transformação”.

Durante a reunião, ficou estabelecido que os representantes da secretaria participarão da próxima reunião de conselho para a conclusão da programação técnica. Um dos pontos centrais do debate foi a segurança para a circulação de cargas, tema considerado muito sensível diante do aumento de crimes na área portuária. Atualmente, diversas companhias têm investido em escolta para garantir a integridade das operações, o que eleva custos e impacta o tempo de logística.



A comitiva do Brasil Export se reuniu com representantes da Secretaria de Energia e Economia do Mar e alinou prioridades para o Sudeste Export. Fotos: Divulgação/Grupo Brasil Export

Wilson Sons

Fabício Julião também se encontrou com Cezar Baião, Presidente do Conselho de Administração da Wilson Sons, em visita institucional à sede da companhia no Rio de

Janeiro. O encontro reforçou a participação ativa da empresa no calendário de fóruns de 2025, incluindo eventos no Rio Grande do Sul e na Bahia, estados onde a Wilson Sons opera importantes terminais de contêineres. Como gesto simbólico, Baião presenteou Julião com um exemplar da publicação “Empresas mais que Centenárias – o Segredo da Longevidade”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

REGIÃO NORTE - TRAVESSIA GARANTIDA: BALSAS REFORÇAM LIGAÇÃO ENTRE TO E MA

Dnit contrata cinco balsas e seis rebocadores para manter transporte após queda da ponte JK

Da Redação recacao.jornal@redenews.com.br



Além da remoção dos detritos da ponte Juscelino Kubitschek, técnicos já estão trabalhando na elaboração dos projetos de engenharia da nova ponte e na sondagem do solo. Foto: Divulgação/Dnit

Com a finalidade de ampliar a capacidade e garantir uma operação contínua e segura de pedestres e veículos na travessia pelo Rio Tocantins, entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) publicou no Diário Oficial da União de terça-feira (11) a contratação das balsas.



O novo contrato, assinado na sexta-feira (7), prevê a operação de cinco balsas e seis rebocadores por um ano. O serviço de transporte hidroviário será gratuito para todos os usuários, garantindo o deslocamento da população de forma acessível e eficiente.

Em até 15 dias a partir da assinatura do contrato, está prevista a entrada em operação da primeira balsa para pedestres e veículos leves. O serviço funcionará de forma ininterrupta, todos os dias da semana, 24 horas por dia.

Com isso, o Dnit restabelecerá temporariamente a trafegabilidade da BR-226/TO/MA até a conclusão da nova ponte que substituirá a ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Esse contrato amplia a quantidade de embarcações para a travessia interestadual, prevendo três balsas e quatro rebocadores para o transporte de caminhões de carga, além de duas balsas e dois rebocadores para veículos menores e passageiros. O valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 39,9 milhões.

Enquanto a travessia por balsas é estruturada, as equipes do Dnit e do consórcio contratado seguem com a remoção dos detritos remanescentes da antiga ponte. Cerca de 50% das 14 mil toneladas de concreto e ferro resultantes da implosão da estrutura, realizada em 2 de fevereiro, já foram retiradas. O material removido está sendo reaproveitado nos acessos provisórios para facilitar o transporte de equipamentos e insumos necessários para a reconstrução.

Segundo o Dnit, os detritos da implosão são materiais inertes, que não sofrem transformações físicas, químicas ou biológicas ao entrar em contato com a água e o solo, não representando riscos ambientais. Após a conclusão da nova ponte, todo o material será destinado a um local de descarte licenciado.

Engenharia

Além da remoção dos detritos, os técnicos já estão trabalhando na elaboração dos projetos de engenharia da nova ponte e na sondagem do solo. Em breve, terão início os serviços de fundação da travessia, que terá 630 metros de extensão e um vão livre de 150 metros. A nova estrutura, denominada Ponte de Estreito, será maior e mais larga que a anterior, contando com 19 metros de largura, duas faixas de rolamento de 3,60 metros cada, dois acostamentos de 3 metros cada, duas barreiras de proteção tipo New Jersey de 40 centímetros cada, dois passeios de 2,3 metros cada e guarda-corpo nas extremidades.

O Dnit também informa que intensificou o monitoramento da qualidade da água do Rio Tocantins. Todas as análises realizadas até o momento pelos órgãos envolvidos no atendimento à emergência indicam que não há alterações detectadas na qualidade da água.

Como parte desse esforço, a autarquia elaborou e apresentou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um Plano de Ação de Emergência, contendo diversas medidas para minimizar os impactos ambientais do colapso da ponte e garantir a segurança da população.

Nos próximos dias, terá início o contrato de supervisão ambiental da reconstrução da ponte. Segundo o Dnit, esse acompanhamento será realizado ao longo do ano, assegurando que todas as medidas ambientais sejam rigorosamente cumpridas e que os impactos das obras sejam minimizados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/02/2025

REGIÃO NORTE - OBRA EMERGENCIAL REFORÇA ESTRUTURA DO PORTO ANTIGO DE ITACOATIARA

Intervenção visa garantir segurança e estabilidade para transporte de cargas e passageiros no Amazonas

Da Redação recacao.jornal@redebene.com.br



A obra em Itacoatiara é vista como essencial para evitar riscos ao patrimônio público e aos usuários do porto, além de assegurar a continuidade das atividades de transporte na região

O porto antigo de Itacoatiara, no estado do Amazonas, está recebendo uma obra emergencial conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para garantir a segurança do local e a integridade das pessoas que o utilizam. A intervenção, realizada na Instalação Pública de Pequeno Porte (Ip4), tem como objetivo principal estabilizar a estrutura e permitir o transporte seguro de cargas e mercadorias entre o porto novo e o antigo.

Atualmente, as operações estão concentradas na cravação de camisas metálicas, estruturas tubulares de metal que servem para dar suporte e estabilidade à fundação da obra. Essas camisas são instaladas no fundo do rio, formando uma base resistente. O processo é realizado sobre uma balsa, utilizando duas escavadeiras equipadas com martelos hidráulicos para agilizar a cravação.

O Dnit informa que a execução sobre a água exige um controle rigoroso por parte das equipes para garantir o nivelamento adequado e evitar que as vibrações comprometam a estrutura. As condições ambientais, como o nível do rio e as correntezas, também influenciam diretamente no andamento dos trabalhos.

A obra emergencial é, no entendimento da autarquia, considerada essencial para evitar riscos ao patrimônio público e aos usuários do porto, além de assegurar a continuidade das atividades de transporte na região.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/02/2025



BAHIA ECONÔMICA BA

TERMINAL MARÍTIMO DE MADRE DE DEUS AUMENTOU EM 5% MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO EM 2024

Por Victoria Isabel - 13/02/2025 17:00



Foto: divulgação

O Terminal Aquaviário de Madre de Deus (Temadre) é o principal ponto de escoamento da produção da Acelen Refinaria de Mataripe, abastecendo as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em 2024, elevou significativamente sua eficiência logística com o maior volume de movimentação e o menor tempo de operação. O Temadre movimentou 24,5 milhões de metros cúbicos (m³) de petróleo e derivados, valor 5% superior a 2023, em menor Tempo de Estadia Total (TET) dos navios.

O TET em 2024 apresentou uma redução de 24,6% em comparação ao ano de 2022, primeiro ano da gestão Acelen, e 16% em comparação ao ano de 2023. “Esses ganhos em eficiência logística refletem as melhorias nos processos da Acelen e os investimentos no Temadre e contribuem para avanços como maior pontualidade das entregas, otimização de custos e mais competitividade, aumentando a satisfação do cliente”, diz Marcelo Mancini Stella, Vice-Presidente de Supply Chain da Acelen.

Mancini ressalta que foi fundamental a dragagem de manutenção do canal de acesso ao Temadre, que não era realizada há mais de 20 anos, recuperando sua profundidade operacional de navegação de aproximadamente 15,5 metros e possibilitando receber carregamentos maiores de petróleo. “A dragagem foi decisiva para aumentar o volume de movimentação de petróleo e derivados e reduzir o custo logístico”.

A Acelen investiu R\$ 70 milhões na dragagem e outros R\$ 74 milhões na melhoria dos ativos logísticos, da tancagem e da capacidade operacional. Esses investimentos trouxeram ganhos em termos de segurança da navegação e das pessoas, além de benefícios ao meio ambiente com a redução das emissões de CO2.

Recordes nos terminais terrestres

A movimentação de produtos nos Terminais Terrestres (TTs) de Jequié, Itabuna e Candeias também alcançou recordes em 2024. Foram entregues aos clientes 1,487 milhões de metros cúbicos de derivados, o maior volume em 10 anos, com crescimento de 16% em relação a 2023 e de 43% em relação a 2022, primeiro ano da gestão da Acelen na Refinaria de Mataripe. Esse volume chegou aos terminais através dos 669 km de dutos que compõem o ORSUB (Oleoduto do Recôncavo-Sul da Bahia)

Para Mancini, os investimentos na revitalização dos ativos representam aumento da confiabilidade das operações e conferem maior competitividade à companhia.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 13/02/2025

PORTO DE ILHÉUS RECEBE O ‘RUBINA’, UM DOS MAIORES NAVIOS DE CACAU DA HISTÓRIA

Por Matheus Souza - 13/02/2025 16:27



Com 180 metros de comprimento e 32 metros de largura, o navio Rubina, de bandeira portuguesa, atracou no Porto de Ilhéus transportando 16.000 toneladas de cacau, tornando-se uma das maiores embarcações já recebidas na cidade. A operação para sua chegada mobilizou dezenas de trabalhadores e reforçou a importância de Ilhéus como polo cacauero.

A operação do Rubina deverá ter um ciclo de 20 dias, dependendo das condições climáticas, e envolverá mais de 150 pessoas entre mão de obra

direta e indireta, funcionando em turnos de 24 horas. A carga transportada pelo navio é avaliada em aproximadamente R\$ 875 milhões, demonstrando a relevância econômica da operação.

A chegada do navio impulsiona a economia local, gerando empregos e movimentando diversos setores. O porto se consolida como hub logístico estratégico, atraindo novos investimentos para a região.

A carga de cacau transportada pelo Rubina é essencial para as fábricas de chocolate da região, que dependem do fornecimento constante da matéria-prima para atender à demanda crescente do

mercado. O volume recorde reforça a necessidade de expansão da lavoura cacaueteira, garantindo um suprimento mais robusto e sustentável para a indústria local.

O porto passa por um processo de dragagem de aprofundamento, com investimento de R\$ 81 milhões pelo Novo PAC, permitindo a recepção de navios maiores e a redução de custos operacionais. Segundo o gerente do porto, Gilberto Rodrigues, a obra aumentará a eficiência do terminal, tornando-o mais competitivo.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 13/02/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

ALCOLUMBRE DIZ QUE MUNDO NÃO PODE 'CANTAR DE GALO' SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO AP, EM MEIO A DEBATE SOBRE MARGEM EQUATORIAL

Presidente do Senado afirma que o Amapá é o estado mais preservado e protegido ambientalmente do Brasil

Por *Karolini Bandeira* — Brasília



Congresso Nacional - Eleição para presidência da mesa do Senado Federal. Rodrigo Pacheco deixa a presidência e Davi Alcolumbre assume posição — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Ao lado de Lula nesta quinta-feira, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que ninguém "pode impor nada" de preservação ambiental ao Amapá. A fala acontece em meio aos debates dentro do governo sobre liberar pesquisas de exploração de petróleo na Margem Equatorial, na costa norte do país.

Alcolumbre reforçou que, no tema ambiental, o Amapá é o estado mais preservado e protegido do Brasil.

— O Amapá já dá para a Humanidade a maior contribuição ambiental de um estado da federação. Tem 97% da sua cobertura vegetal primária intacta, é o estado mais preservado do Brasil e também o mais protegido (...) Então não venha o mundo cantar de galos em relação à nossa capacidade de preservar. O mundo não pode impor ao Amapá nada na relação da preservação e manutenção do meio ambiente — disse o presidente do Senado durante evento em Macapá (AP), sem citar diretamente a Margem Equatorial.

Na quarta-feira, Lula criticou o Ibama pela falta de autorização para explorar petróleo na Foz do Amazonas, que faz parte da Margem Equatorial. Lula defendeu a pesquisa na região e afirmou que o órgão ambiental "parece" atuar contra o governo.

Segundo o petista, provavelmente na próxima semana, a Casa Civil vai se reunir com o Ibama para tratar sobre a autorização à Petrobras para pesquisas de exploração de petróleo na região. Lula passou a tratar do tema com mais frequência nas últimas semanas e ele tem reiterado que o aval, neste momento, seria apenas para a pesquisa. Caso a viabilidade da exploração seja constatada, será necessária uma nova licença ambiental.

Lula se comprometeu em liberar as pesquisas na região na primeira conversa que teve com Alcolumbre no Palácio do Planalto após as eleições do Congresso, conforme revelou o colunista Lauro Jardim. Antes da conversa com Alcolumbre, Lula cobrou a ministra sobre uma solução a respeito da licença que libera a análise de prospecção da Petrobras na área.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

TRUMP ANUNCIA TARIFAS RECÍPROCAS: 'ALIADOS COSTUMAM SER PIORES QUE INIMIGOS' NO COMÉRCIO

Presidente dos EUA anunciou um memorando com a preparação de taxas a países que cobram impostos altos de produtos americanos, mas indicou que vai avaliar também subsídios e câmbio

Por O Globo com agências internacionais — Washington



Presidente dos EUA, Donald Trump, assina decretos no Salão Oval da Casa Branca — Foto: Jim WATSON / POOL / AFP

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um memorando na tarde desta quinta-feira que encaminha a imposição de tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importação de produtos americanos. No entanto, a medida não entrará em vigor imediatamente. Segundo um funcionário da Casa Branca, essa foi uma decisão intencional para dar tempo às nações de negociarem novos termos

comerciais com os EUA.

O memorando determina que os assessores do presidente avaliem as práticas comerciais de cada país para definir que tipo de taxação recíproca os EUA pretendem aplicar. A sequência de taxações faz crescer os temores sobre a escalada de uma guerra comercial global.

O presidente americano reconheceu que "os preços podem subir" nos EUA devido às medidas. A decisão de Trump indica que a análise das práticas comerciais dos países não será baseada apenas nas tarifas que eles impõem a produtos dos Estados Unidos em seus mercados.

Também serão considerados os impostos que esses países cobram sobre produtos estrangeiros, os subsídios que concedem às suas indústrias, suas taxas de câmbio e outros comportamentos que o presidente americano considera injustos. Ou seja, os EUA vão avaliar barreiras tarifárias e não-tarifárias a seus produtos nos mercados de seus parceiros comerciais para basear a retaliação prometida por Trump.

Estudos serão concluídos até abril

A ordem de Trump instrui o representante e o secretário de Comércio dos EUA a propor novas taxas por país, em um esforço para reequilibrar as relações comerciais — um processo abrangente que pode levar semanas ou meses para ser concluído.

Howard Lutnick, indicado por Trump para liderar o Departamento de Comércio, disse aos repórteres que todos os estudos devem ser concluídos até 1º de abril e que o presidente poderia agir imediatamente depois disso.

— Se nos impuserem uma tarifa ou imposto, nós impomos exatamente o mesmo nível de tarifa ou imposto, é simples assim — afirmou Trump no Salão Oval da Casa Branca, acrescentando: — Os aliados dos EUA costumam ser piores que nossos inimigos em nível comercial, acrescentou.

Semicondutores no alvo

Trump disse a repórteres que imporá taxas de importação sobre automóveis, semicondutores e produtos farmacêuticos “além” das tarifas recíprocas em uma data posterior.

O texto da diretiva de Trump sobre as tarifas não foi imediatamente disponibilizado pela Casa Branca. Trump citou barreiras na União Europeia, incluindo o imposto sobre valor agregado (IVA), como um exemplo daquilo que os EUA pretendem responder.

Japão e Coreia citados

Segundo um funcionário da Casa Branca, Trump mencionou Japão e Coreia do Sul como países que, em sua visão, estão se aproveitando dos EUA e que, portanto, poderiam ser alvos dessa nova iniciativa.

As tarifas recíprocas representariam a ação mais ampla de Trump para lidar com os déficits comerciais dos EUA e com o que ele classifica como tratamento injusto às exportações americanas no mundo. Trump já impôs tarifas de 10% sobre produtos chineses e planeja aplicar uma taxa de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio dos EUA no próximo mês.

Trump já afirmou que a medida se aplicaria a países que, em geral, possuem uma média de tarifas sobre os produtos dos EUA mais alta do que a adotada por eles. A ideia do republicano é igualar o nível das taxas.

Em tese, isso afetaria mais duramente os países em desenvolvimento, como a Índia, o Brasil, o Vietnã e outras nações emergentes do Sudeste Asiático e da África. No Brasil, a tarifa média de importação sobre produtos americanos é de 12% a 13%, segundo especialistas, enquanto a média dos EUA para os itens brasileiros é de 3%.

Trump anunciou sua decisão poucas horas antes de receber o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, cujo país será afetado por tarifas recíprocas mais do que muitos outros grandes parceiros comerciais. Trump tem criticado repetidamente as altas barreiras tarifárias da Índia.

Anúncio na rede social pela manhã

Com o anúncio, ele cumpre uma promessa feita horas antes nas redes sociais pela manhã.

"TRÊS ÓTIMAS SEMANAS [de governo], TALVEZ AS MELHORES DE TODOS OS TEMPOS, MAS HOJE É A GRANDE SEMANA: TARIFAS RECÍPROCAS!!! FAÇAM A AMÉRICA GRANDE NOVAMENTE!!!", escreveu em letras maiúsculas na plataforma Truth Social.

Diante da perspectiva do anúncio, o dólar reduziu as perdas. E as moedas das economias no centro das tensões comerciais com os EUA reagiram imediatamente, com o euro diminuindo os ganhos e o peso mexicano ficando atrás das principais moedas em relação ao dólar até o momento.

Na segunda-feira, Trump impôs tarifas de 25% para todas as importações de aço e alumínio do país, com a justificativa de priorizar a indústria americana. Uma decisão que pode prejudicar o Brasil, um dos principais exportadores de aço para os EUA.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

TÉCNICOS DO GOVERNO LULA SE REÚNEM APÓS ANÚNCIO DE TRUMP PARA AVALIAR IMPACTOS DE TAXAS SOBRE O BRASIL

Por Eliane Oliveira — Brasília

Assim que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um memorando estabelecendo tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importação de produtos americanos, técnicos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se debruçaram sobre o documento. A ideia é entender como esse "tarifaço" de Trump afetará as exportações do Brasil para os EUA.



**Donald Trump, presidente dos Estados Unidos —
Foto: ANDREW CABALLERO-REYNOLDS / AFP**

O memorando assinado por Trump se soma à aplicação de tarifas adicionais de 25% às importações de aço e alumínio de todo o mundo, incluindo o Brasil. Com a nova medida, anunciada nesta quinta-feira, a estratégia de negociação a ser elaborada pelo governo brasileiro será ainda mais ampliada e desafiadora, na avaliação de interlocutores dos órgãos envolvidos ouvidos pelo GLOBO.

Entre os parceiros citados por um comunicado da Casa Branca está o Brasil. O governo americano ressalta que, enquanto a tarifa do etanol, aplicada pelos EUA, é de apenas 2,5%, o imposto cobrado pelo Brasil é de 18%. Automóveis, que têm uma alíquota de 35% ao entrar no Brasil, podem também estar sujeitos à reciprocidade, arrisca um técnico.

Interlocutores do governo Lula afirmam que é importante ter calma e examinar o que diz o memorando. Não está claro, por exemplo, sobre quando as tarifas entrarão em vigor. Essa indefinição do prazo leva a crer que Trump quer negociar acordos bilaterais que possam beneficiar as exportações americanas.

Em 2020, durante uma visita do ex-presidente Jair Bolsonaro a Washington, o Brasil concordou em abrir uma cota de cerca de R\$ 150 milhões de litros de etanol oriundo dos EUA sem Imposto de Importação. O acordo foi feito por Bolsonaro e Trump, em seu primeiro mandato. É possível que o presidente americano queira repetir essa fórmula com itens que têm tributação maior do que as que os EUA aplicam, por meio de exceções.

Paralelamente, se depender do Brasil, as exportações brasileiras de aço e alumínio também serão incluídos em uma cota, em que uma determinada quantidade desses produtos entraria nos EUA sem a sobretaxa de 25%. Esse caminho foi seguido em 2021, também em uma negociação com o governo Trump.

Para o presidente da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, é correto agir com calma nesse cenário. A atividade comercial, afirmou Viana, precisa ser pragmática, ainda mais porque os EUA estão entre os maiores parceiros comerciais do Brasil.

— O presidente Lula, que neste ano está na presidência do Brics, tem tomado a mais correta atitude nesses tempos de pré-guerra comercial. Tem que ter calma e entender que o Brasil tem na China o seu maior parceiro comercial e, nos Estados Unidos, um de seus grandes parceiros comerciais — disse presidente da Apex.

— A indústria americana, em algum momento, vai ter que comprar aço de alguém, ou negociando cotas ou com quem tenha menos conflitos. A atividade comercial tem que ser pragmática. É importante ter muita calma nesta hora — completou.

Jorge Viana, presidente da ApexBrasil

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

STF DISPENSA GOVERNOS DE COMPROVAREM FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS COM TERCEIRIZADOS

Responsabilidade da administração pública só ocorre caso empregados demonstrem falha em acompanhamento do serviço

Por Daniel Gullino — Brasília



Plenário do STF durante sessão de julgamento — Foto: Gustavo Moreno/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira que, em caso de terceirização, a administração pública não pode ser responsabilizada por obrigações trabalhistas não cumpridas pela empresa contratada por ela para a prestação de serviços, a menos que haja uma comprovação de que houve falha na fiscalização.

Pela decisão, essa comprovação deve ser feita pelos empregados, e o ente público não tem a obrigação contrária, ou seja, de provar que fiscalizou.

A decisão foi tomada por seis votos a quatro, seguindo a posição do relator, ministro Nunes Marques. Ele foi seguido pelos ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Luís Roberto Barroso. Ficaram vencidos Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Edson Fachin.

A tese aprovada pelos ministros, que deve ser seguida em todos os casos semelhantes, determina que o ente público só pode ser responsabilizado caso ocorra a "efetiva existência de comportamento negligente" ou que seja provado que a omissão tem relação com o dano causado.

O "comportamento negligente" da administração pública ocorrerá quando o governo não fizer nada após receber uma "notificação formal de que empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas". Essa notificação pode ser enviada por um trabalhador, sindicato, pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público ou Defensoria Pública.

A administração pública precisa garantir as "condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores". Além disso, precisa exigir da empresa terceirizada a comprovação de capital social, que precisa ser compatível com o número de empregados, e também adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, como condicionar o pagamento em um mês comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

TCU ABRE AUDITORIA PARA APURAR POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCIADAS COM RECURSOS FORA DO ORÇAMENTO

Área técnica cita aporte em fundos e não recolhimento de receitas como exemplos

Por Geralda Doca — Brasília



Sede do TCU, em Brasília — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu auditoria para levantar políticas públicas financiadas por recursos fora do Orçamento da União.

Na auditoria, o TCU quer avaliar o impacto para a gestão orçamentária das despesas com programas fora do Orçamento e propor medidas para mitigação de riscos.

Como justificativa, a área técnica do TCU alega que o uso de verba em programas que não passam diretamente no Orçamento pode acarretar a perda de credibilidade da gestão do governo, com efeitos fiscais como o crescimento da dívida pública, mesmo que o arcabouço fiscal seja cumprido.

"Esse cenário é indutor de potenciais efeitos danosos para a economia do país", afirma justificativa da auditoria, a qual O GLOBO teve acesso.

O documento cita como exemplo de potencial efeitos na economia a necessidade de elevar a taxa de juros básica da economia, a Selic, ou manter o percentual elevado por mais tempo, com impacto nos juros de longo prazo, afetando os investimentos.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não se manifestaram.

O planejamento da auditoria foi aprovado pelo presidente do TCU, Vital do Rêgo, em dezembro e a relatoria ficou com o ministro Bruno Dantas.

A auditoria já está em fase de execução. O resultado precisará passar pelo plenário da Corte.

Estão sob análise, por exemplo, o não recolhimento de receitas públicas à Conta Única do Tesouro Nacional, capitalização de fundos, perpetuação de fundos criados com finalidades específicas e transitórias e utilização de recursos de fundos públicos como funding para políticas de concessão de crédito. A ampliação do escopo de atuação de empresa estatal também está na mira.

O programa Pé-de-Meia, que concede auxílio a alunos do ensino médio, por exemplo, é pago fora do Orçamento por meio de fundos. O TCU chegou a suspender recursos do programa, mas nesta quarta-feira liberou o financiamento e deu um prazo de 120 dias para que o governo encaminhe ao Congresso uma solução para enquadrar o programa no Orçamento.

Para evitar a paralisação do programa, o Tribunal autorizou a continuidade dos pagamentos até que o Congresso delibere sobre o tema. O ministro Augusto Nardes, do TCU, havia bloqueado o repasse de recursos no valor de R\$ 6 bilhões.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

'O BRASIL TEM UMA OPORTUNIDADE ENORME NESSA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA', DIZ ECONOMISTA DO DB SOBRE TRUMP

Em meio a tarifaço, estrategista do Deutsche Bank afirma que país precisa olhar 'além das trincheiras do dia a dia' ao lidar com o protecionismo dos EUA



Estrategista e economista sênior do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli — Foto: Divulgação

O estrategista e economista sênior do Deutsche Bank (D,) Drausio Giacomelli, avalia que o Brasil precisa olhar 'além das trincheiras do dia a dia' na relação com o presidente americano Donald Trump e aproveitar o atual momento de reconfiguração dos fluxos comerciais para se inserir nas cadeias globais de abastecimento.

— O impacto das guerras comerciais para o Brasil deve ser limitado. Mas há uma boa oportunidade, neste cenário, para que o Brasil participe de acordos comerciais em vez de favorecer políticas protecionistas e se insira nas cadeias de suprimentos globais, onde sua participação é pequena — afirma o economista. De Nova York, onde está baseado, Giacomelli falou por videoconferência ao GLOBO.

O senhor acredita que o presidente Donald Trump vai intensificar a guerra comercial?

Tem uma característica do comércio internacional que, em princípio, mostra que os ganhos são mútuos. Mas os países menores são os que mais se beneficiam. Então, a administração aqui está usando esse segundo fator, virou um tipo de instrumento de barganha. Mas se ele começar a taxar tudo, aço, eletrônicos, haverá uma tarifa a mais no consumo.

Então, ele sabe que tem um limite. E com esse número de inflação de hoje (0,5% em janeiro, acima do esperado, que era 0,3%), vão ter que pensar duas vezes antes de serem agressivos com os países fornecedores de produtos. Mas isso são as trincheiras do dia a dia.

Como o Brasil deve reagir às medidas de Trump?

Se a gente sair dessas trincheiras do dia a dia, um país como o Brasil tem muito a ganhar porque está largamente isolado das chamadas cadeias de fornecimento. O Brasil está, digamos, no jardim da infância quando comparado à China e até mesmo ao México, dada a proximidade com os EUA.

Então, tem uma oportunidade enorme para o Brasil nessa reconfiguração geopolítica. O país tem muito mais a ganhar do que perder nesse ambiente de realinhamento de fluxos comerciais. O país pode participar mais de acordos comerciais em vez de favorecer políticas protecionistas e se inserir nas cadeias de suprimentos globais.

Onde o país pode ganhar?

Onde os Estados Unidos querem mais resiliência, claro que no suprimento de commodities. O Brasil já tem uma participação grande, mas poderia diversificar. Ao longo das últimas décadas, o país reduziu a diversificação e aumentou a dependência da China, e é muito exposto a Argentina, América Latina e muito pouco aos Estados Unidos. Estamos pensando muito estreito.

Se o país menor tem mais a beneficiar do comércio, o Brasil é um país menor com relação aos Estados Unidos. E tem, do ponto de vista doméstico, oportunidades de diversificação maior e de acesso a outros mercados. O Brasil produz outras commodities além da soja. No passado, exportava itens de transporte aos EUA e hoje não exporta mais.

O Brasil ainda exporta pouco para os EUA?

Os EUA tem demanda, está em pleno emprego e não vai produzir tudo. É uma oportunidade na mudança das cadeias. Num mundo cada vez mais afetado por esses movimentos bilaterais ao invés de multilaterais, é perigoso você ficar dependente de alguns países, principalmente aqueles que estão na linha de fogo dos Estados Unidos.

Então, acho que para o Brasil isso passa por barreiras ideológicas, de comprometimento com princípios econômicos, de abertura. Tem várias barreiras que são muito mais domésticas do que internacionais para o Brasil se beneficiar disso.

O alvo principal das medidas de Trump é a China?

Pode ser o principal alvo, mas não quero entrar nesse mérito. Acho que a Inteligência Artificial da China é um novo momento Sputnik. E a sociedade americana se mobiliza muito contra uma ameaça, é histórico. A reconfiguração do comércio internacional é um movimento de resposta a essa ameaça real.

Que outras medidas Trump pode adotar contra a China? Que produtos pode taxar?

É difícil dizer. Mas ele pode, por exemplo, tentar restringir o acesso dos chineses a outros mercados, como o brasileiro. Pode haver tensão se o Brasil começar a facilitar o uso de IA chinesa. Isso para mim seria o mais imediato.

Mas, de novo, o Brasil exporta muito pouco aos Estados Unidos. Essa estratégia seria usada mais com o México, onde os americanos não querem que a indústria mexicana importe partes de automóveis que são depois exportados aos EUA.

Mas o senhor vê algum risco de medidas diretamente contra o Brasil?

O comércio entre os dois países é basicamente equilibrado. Essa tarifa no aço foi mais para evitar a triangulação da China, que não vende o aço internamente, porque está em crise imobiliária. Mas na questão de reciprocidade, há um risco maior porque a tarifa do Brasil a produtos americanos é 10 pontos maior do que a dos EUA no bilateral. Então, tem um princípio da reciprocidade que pode ser usado. Mas eu acho que o Brasil é um peixe pequeno para os Estados Unidos.

O dólar tem perdido valor frente ao real nos últimos dias. O que explica isso?

Com a vitória de Trump, o investidor estava cauteloso com a expectativa de um tarifaço. O dólar estava próximo ao pico dos últimos quarenta anos na posse. Com uma certa moderação no discurso de Trump, ele recuou. E houve um rali grande no mercado de ações com uma mudança de apetite para risco.

No Brasil, com saídas de dólar, houve uma camada a mais de especulação com a chegada de Trump. Com um ambiente mais favorável externamente, essas posições em dólar foram desfeitas e a moeda americana vem caindo.

Com inflação pressionada, qual será a posição do Fed, o banco central americano?

O nosso call do banco espera estabilidade dos juros este ano. O problema do Fed será comunicar isso. O Fed será muito cauteloso.

Juros mais elevados nos EUA afetam os fluxos para países emergentes como o Brasil, não?

Sim, mas eu não daria tanto peso para isso. Isso já tem afetado os emergentes nos últimos anos. Os fluxos têm muito discernimento. Houve uma saída enorme de dólares do Brasil em dezembro porque tem uma deterioração consistente, ao longo dos anos, dos fundamentos econômicos, e, mais aguda, de política econômica no último trimestre.

Claro, o cenário de juros altos nos EUA é negativo para o Brasil, mas não é limitante. O fator limitante tem sido a direção de política e a ideologia econômica nos últimos anos, da direita e da esquerda, sem uma perspectiva clara. E tem esse retorno às políticas populistas dos dois lados.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

FAZENDA VÊ IMPACTO 'LIMITADO' DE TARIFAÇO DE TRUMP E INFLAÇÃO DE 4,8% NESTE ANO

Apesar de relatório destacar crescimento econômico há projeção para desaceleração do crescimento e a inflação deverá ficar acima da meta de 4,5%

Por Bruna Lessa — Brasília

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda apresentou nesta quinta-feira a retrospectiva do cenário macroeconômico brasileiro em 2024 e as projeções para 2025. O relatório destaca um crescimento econômico acima do esperado no último ano, impulsionado pelo mercado de trabalho e crédito, mas aponta para uma desaceleração em 2025.

A queda do desemprego para 6,6% e o aumento da renda contribuíram para um consumo forte. No entanto, a inflação foi revisada de 3,6% para 4,8% em 2025, acima da meta, devido a choques cambiais e climáticos, o que levou o Banco Central a adotar uma política monetária mais rígida.

O Ministério da Fazenda reduziu a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 2,5% para 2,3%. Em 2024, o mercado financeiro espera que a economia brasileira tenha um crescimento de aproximadamente 3,5%.

— Então, é natural em uma economia que depois de dois anos de crescimento mais forte você possa ter um crescimento mais moderado. Ele não é um crescimento baixo. Ele é um resultado bom que vai manter indicadores positivos, só que de maneira mais moderada — disse Guilherme Mello, secretário de Política Econômica.

No campo fiscal, o governo implementou medidas para conter despesas e ampliar a arrecadação, alcançando um déficit primário de R\$ 11 bilhões (0,1% do PIB), dentro do limite estabelecido pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF).

Impacto do tarifaço dos EUA sobre aço

De acordo com a Fazenda, o impacto das tarifas de importação sobre ferro, aço e alumínio nos Estados Unidos devem exercer um impacto “limitado” nas exportações brasileiras, se vierem a ser efetivamente implementados.

Nesta semana, o presidente dos EUA, Donald Trump, assinou um decreto que impõe uma tarifa de 25% para importações de aço e alumínio para o país a partir do dia 12 de março.

— As exportações brasileiras de produtos de ferro, aço e alumínio para os Estados Unidos corresponderam a apenas 1,9% do valor total exportado pelo Brasil em 2024, mas a cerca de 40,8% do valor total de ferro, aço e alumínio exportado. Nesse sentido, tarifas de 25% sobre importações de produtos de ferro, aço e alumínio devem ter impactos relevantes na indústria de metalurgia, porém limitados no total das exportações e no PIB brasileiro.

O ministério ainda destacou que no ano de 2024, os EUA foram o segundo maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás da China.

— Cerca de 15,5% do valor total importado pelo Brasil em 2024 vieram dos EUA, sendo a pauta bastante diversificada, com destaque para a importação de motores e máquinas não elétricos e para outros produtos da indústria de transformação. Do valor total exportado pelo Brasil em 2024, 12,0% foram para os Estados Unidos, sendo as exportações mais concentradas em alguns produtos, como petróleo, derivados de ferro e aço e aeronaves e peças — apontou a SPE.

Expectativas para 2025

Para 2025, a previsão é de desaceleração do crescimento para 2,3%, com inflação estabilizada em 4,8%. A alta dos preços seguirá influenciada pela desvalorização do real e pela inércia inflacionária.

A SPE também destaca que o cenário internacional traz desafios, como o protecionismo dos Estados Unidos e a possibilidade de desaceleração da economia chinesa. No Brasil, o governo manterá o controle das despesas e seguirá com medidas para fortalecer a arrecadação e garantir a estabilidade fiscal.

O ministério da Fazenda também prevê que no primeiro trimestre de 2025, o ritmo de crescimento deva voltar a subir dentro da margem e desacelerar em seguida. Mello pontuou que “vamos ter um mercado de trabalho dinâmico” em 2025.

— Você não vai sair de um cenário de mercado de trabalho que está historicamente muito forte para um mercado de trabalho fraco. Você vai continuar tendo resultados satisfatórios do ponto de vista do mercado de trabalho, mas num ritmo menor — disse Mello.

Fonte: *O Globo RJ*

Data: 13/02/2025

LEILÃO DA ANP TEM POÇOS DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL COM DISPUTA ENTRE ÁREAS DO GOVERNO

Blocos têm autorização prévia de certame vencendo em junho

Por *Manoel Ventura — Brasília*



Leilão de petróleo da ANP, em 2022 — Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O próximo leilão da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcado para 17 de junho, irá ofertar blocos na Margem Equatorial que foram alvo de uma disputa entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e estão cercados de dúvidas.

O órgão ambiental pediu para a ANP remover 31 blocos da

oferta, de acordo com dados obtidos pelo GLOBO. O MME, por sua vez, enviou ofício à agência solicitando a manutenção dos blocos nesse leilão — o que de fato ocorreu.

Esses blocos têm sua documentação vencendo em junho. O documento é uma manifestação conjunta no qual MME e o MMA concordam com a apresentação de áreas exploratórias para leilão, com diretrizes elaboradas pelos órgãos ambientais. As diretrizes, porém, não significam autorização prévia para perfuração de poços, sendo apenas um aval para realização do leilão em si.

Para os 31 blocos, o potencial é de R\$ 109 milhões de bônus de assinatura e R\$ 892 milhões em programa exploratório mínimo.

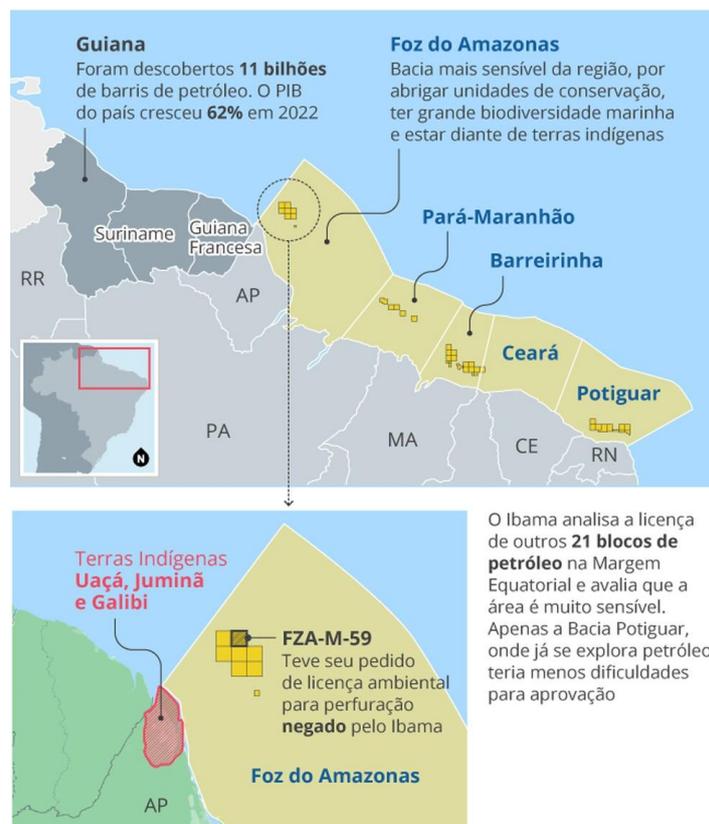
A Margem Equatorial é uma que se estende por uma área de mais de 2.200 quilômetros de litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, próxima à Linha do Equador. Há diversas bacias nessa área, como a Foz do Amazonas e a Potiguar. Há uma expectativa de que a área seja uma nova fronteira de exploração de petróleo.

Procurado, o MMA não se manifestou.

A divergência entre as duas áreas do governo ocorre num momento em que o Ibama analisa um pedido da Petrobras para perfurar — inicialmente com o objetivo de pesquisa — um poço na bacia da Foz do Amazonas. A região fica a 160 quilômetros da costa de Oiapoque (AM) e a 500 km da foz do rio Amazonas em si.

Margem Equatorial

- Bacias que compõem a Margem Equatorial
 - Países que já exploram a região
 - Poços exploratórios da Petrobrás
- A Petrobras reservou **US\$ 3 bilhões** em seu plano estratégico de 2023-2027 para perfuração de 16 poços exploratórios na Margem Equatorial



Margem Equatorial — Foto: Criação O Globo

Com a proximidade do vencimento da manifestação conjunta dos 31 blocos alvos do MMA, a área do governo que defende o leilão corre para garantir a realização do certamente e evitar a abertura de

um novo processo de avaliação. Internamente, técnicos do Meio Ambiente chegaram a defender a necessidade de fazer a chamada Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) na região. Esse é um instrumento que amplia a análise numa região e que pode impedir empreendimentos petrolíferos naquela área.

Na avaliação de técnicos do governo que defendem o leilão, é possível ter interessados nesses 31 blocos se o Ibama der o aval para a Petrobras pesquisar um bloco na área da Foz do Amazonas até lá. Seria um precedente sobre critérios e normas técnicas.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o Ibama pela falta de autorização para a Petrobras explorar petróleo na Foz do Amazonas. Ele defendeu a pesquisa na região e afirmou que o órgão ambiental “parece” atuar contra o governo.

O leilão de junho é mais amplo do que a disputa entre o MMA e o MME. Serão ofertados 332 blocos exploratórios em diversas partes do país, das quais 65 na Margem Equatorial. Dessas, 47 estão na Foz do Amazonas, 17 blocos na Bacia Potiguar e um no Ceará.

Fonte: O Globo RJ
Data: 13/02/2025

GOVERNO LULA CALCULA AJUSTE DE CERCA DE R\$ 13 BI NO ORÇAMENTO DESTES ANOS

Proposta orçamentária está em discussão no Congresso Nacional, já que não foi aprovada em 2024
Por Thaís Barcellos — Brasília



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva calcula que será preciso acomodar cerca de R\$ 13 bilhões no projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2025. Esse é o saldo que o Executivo trabalha entre as pressões do lado das despesas, o espaço aberto pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos. Isso teria de ser equacionado com o corte de despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio da máquina pública).

Esse valor, porém, não considera nenhum ajuste para colocar o Pé-de-Meia para dentro do Orçamento de 2025. Nesta quarta-feira, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) deu 120 dias para que o governo envie ao Congresso um projeto para adequar o gasto com o programa às leis orçamentárias — hoje ele é pago por meio de fundos fora dos limites de gastos do arcabouço fiscal.

Incluir o Pé-de-Meia no Orçamento de 2025 poderá ser feito com ajustes na proposta orçamentária em tramitação no Congresso ou o envio de um novo projeto de lei ao longo do ano. Não há um número oficial de impacto, mas ele é estimado em R\$ 10 bilhões, que teriam de ser cortados de outras despesas.

Mas, até o Congresso votar o tema, o programa poderá continuar a ser pago com recursos provenientes de dois fundos. Na prática, a depender do momento em que o assunto passar pelo crivo dos parlamentares, o impacto no orçamento deste ano pode ser menor do que R\$ 10 bilhões.

Auxílio-gás

À parte o Pé-de-Meia, o governo já tem claro que terá de incluir R\$ 3 bilhões relativos ao Auxílio-Gás na proposta orçamentária de 2025. Na época do envio do PLOA, em agosto, a ideia era de que o custo do benefício fosse pago fora do orçamento, por meio de repasses diretos à Caixa, operadora do programa, de receitas do pré-sal que o governo abriria mão. Por isso, só foram previstos R\$ 600 milhões no PLOA, que agora serão complementados em R\$ 3 bilhões.

Será preciso ainda atualizar o gasto com despesas obrigatórias indexadas ao salário mínimo, como benefícios previdenciários, abono salarial, seguro desemprego e Benefício de Prestação Continuada. O PLOA foi enviado originalmente com uma previsão de mínimo de R\$ 1.509 em 2025, mas o valor final ficou em R\$ 1.518, após as mudanças promovidas no pacote de contenção de gastos e o resultado do INPC até novembro.

Outro ajuste necessário diz respeito às emendas parlamentares. O entendimento de interlocutores do Palácio do Planalto é de que será necessário acomodar R\$ 4,2 bilhões das verbas parlamentares que não foram pagas no ano passado devido às decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Além disso, a lei que alterou as regras de pagamento das emendas estabeleceu um montante de cerca de R\$ 11 bilhões em emendas de comissão para 2025. No PLOA, só havia a previsão de R\$ 39 bilhões para emendas impositivas (individuais e de bancada).

Por outro lado, é preciso também atualizar as contas com os espaços abertos pelo pacote de contenção de gastos e pelos indicadores econômicos, como câmbio e inflação. De cara, o resultado final da inflação (IPCA) abre um espaço extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de despesas do arcabouço fiscal.

Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo calcula uma economia de cerca de R\$ 30 bilhões este ano, decorrente das medidas do pacote de contenção de gastos aprovado no fim do ano passado. As principais contribuições devem vir das mudanças relativas ao Fundeb e na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Desse valor, Haddad tem dito que cerca de R\$ 15 bilhões seriam usados para realocar as despesas no orçamento e o restante sobraria para acomodar pressões ao longo do ano. Já há ciência que provavelmente será necessário um contingenciamento ou bloqueio de recursos nas primeiras avaliações bimestrais do orçamento.

Sem gordura

O acerto da Fazenda com o Planalto é não trabalhar com gordura para cumprir a meta fiscal deste ano, de resultado zero. No ano passado, o déficit primário para fins de contabilidade da meta foi de R\$ 11 bilhões. Ou seja, a determinação agora é mirar o centro da meta. Qualquer pressão de despesa ou frustração de receita ao longo do ano será equacionada instantaneamente com congelamento de recursos. Uma preocupação, por exemplo, é com os efeitos das políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Nas contas do economista Ítalo Franca, do Santander, o ajuste que o governo teria de fazer no PLOA seria de R\$ 16,9 bilhões. Seus cálculos consideram a inclusão do Auxílio Gás (R\$ 2,8 bilhões) e do Pé-de-Meia (R\$ 10 bilhões) no Orçamento, além de R\$ 34,5 bilhões em pressões na previdência, BPC, seguro-desemprego, Plano Safra, entre outros.

Com base no gasto final com o INSS em 2024, Franca considera que as despesas no PLOA estão subestimadas em R\$ 25 bilhões. Por outro lado, o economista conta com o espaço de R\$ 12,4 bilhões no limite de gastos e com R\$ 18 bilhões em economia do pacote de corte de gastos.

— Provavelmente, o Pé-de-Meia vai ter que continuar fora. Vai ter alguma redução de discricionárias ou de outras despesas e há o risco de a previdência não ser inteiramente coberta. Mas o governo também trabalha com uma economia maior com o pacote de corte de gastos, de R\$ 30 bilhões — disse Ítalo Franca.

— O ideal seria o governo colocar os R\$ 30 bilhões, corrigir a parte da previdência e fazer um bloqueio de R\$ 10 a R\$ 15 bilhões, para acomodar eventuais subestimativas ou qualquer pressão adicional — completou.

Para Franca, o governo terá receitas suficientes para abrir o crédito extra de R\$ 12,4 bilhões no limite de gastos sem prejudicar a meta de primário. Ainda que algumas previsões iniciais de arrecadação

tenham sido frustradas, o economista afirma que o resultado maior de 2024 deve ajudar, assim como a nova previsão de inflação e a distribuição de dividendos maiores.

No envio do PLOA, o governo previa cerca de R\$ 168 bilhões em receitas extras. Nesse montante, estava previsto uma arrecadação da ordem de R\$ 18 bilhões com o aumento das alíquotas de CSLL e a tributação da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), Medidas que não foram votadas pelo Congresso.

Além disso, o governo contava com R\$ 28,5 bilhões dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e R\$ 30 bilhões com transações tributárias, duas iniciativas que frustraram em 2024. O Santander espera que seja possível arrecadar R\$ 3 bilhões com Carf e R\$ 20 bilhões com transações tributárias este ano.

— Nos parece mais equilibrado, mas com riscos para o segundo semestre, se atividade desacelerar mais — diz ele, que afirma que o governo tem chances de cumprir a meta de primário este ano.

Fonte: O Globo RJ

Data: 13/02/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO SP

O QUE DIZ A CASA BRANCA SOBRE O ETANOL BRASILEIRO AO JUSTIFICAR AS TARIFAS RECÍPROCAS DE TRUMP

EUA afirmam que Brasil cobra 18% sobre exportações norte-americanas de etanol, enquanto combustível brasileiro entra no país com tarifa de apenas 2,5%; 'A América não tolerará mais práticas comerciais desleais', diz documento

Por Isadora Duarte (Broadcast)

BRASÍLIA - A Casa Branca citou o etanol brasileiro como exemplo de falta de tratamento recíproco de países em relação aos Estados Unidos. A menção consta do documento com dados técnicos divulgado pela Casa Branca sobre a ordem executiva assinada pelo presidente Donald Trump para impor tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importações sobre produtos norte-americanos, o chamado "Plano Justo e Recíproco".

"Há inúmeros exemplos em que nossos parceiros comerciais não dão tratamento recíproco aos Estados Unidos. A tarifa dos EUA sobre o etanol é de apenas 2,5%. No entanto, o Brasil cobra uma tarifa de 18% sobre as exportações de etanol dos EUA. Como resultado, em 2024, os EUA importaram mais de US\$ 200 milhões em etanol do Brasil, enquanto os EUA exportaram apenas US\$ 52 milhões em etanol para o Brasil", afirma a Casa Branca no documento.



No documento, chamado de fact sheet (ficha técnica), a Casa Branca afirma que o plano anunciado por Trump busca "corrigir desequilíbrios de longa data no comércio internacional e garantir justiça em todos os aspectos". O plano, segundo a Casa Branca, visa reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos e reforçar a segurança econômica e nacional.

EUA importaram em 2024 mais de US\$ 200 milhões em etanol do Brasil, segundo a Casa Branca Foto: Daniel Teixeira/Estadão

"A América não tolerará mais práticas comerciais desleais: os Estados Unidos são uma das economias mais abertas do mundo, mas nossos parceiros comerciais mantêm seus mercados

fechados para nossas exportações. Essa falta de reciprocidade é injusta e contribui para nosso grande e persistente déficit comercial anual”, justifica o governo americano.

No memorando assinado nesta quinta-feira, 13, Trump determina a cobrança de tarifas recíprocas a países que cobram taxas de importação de produtos americanos. O presidente não impõe tarifas imediatas sobre determinados países ou produtos, mas ordena que as tarifas e barreiras comerciais sejam examinadas e que soluções de reciprocidade sejam apresentadas a ele em relatório em 180 dias pelas agências e secretários do governo.

A redução da tarifa cobrada pelo Brasil sobre etanol importado é uma demanda antiga dos Estados Unidos. Há anos, os produtores e fabricantes dos Estados Unidos pressionam o Brasil para redução da tarifa de importação aplicada sobre o produto norte-americano, hoje de 18%, e reclamam de acesso restrito do biocombustível ao mercado brasileiro.

A tarifa foi zerada no governo Bolsonaro em 2022 e retomada pelo governo Lula. O tema vinha sendo discutido entre as autoridades comerciais no último ano, mas o Brasil pede como contrapartida à redução tarifária o aumento do acesso do açúcar brasileiro ao mercado norte-americano, hoje limitada a uma cota estipulada anualmente. A indústria sucroenergética local pede ao governo uma “decisão equilibrada” sobre o tema.

No Brasil, o etanol é feito principalmente à base de cana-de-açúcar, enquanto nos Estados Unidos o biocombustível é fabricado sobretudo a partir do milho. Uma eventual reciprocidade dos Estados Unidos poderia ser aplicada sobre etanol de cana-de-açúcar brasileiro.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 13/02/2025

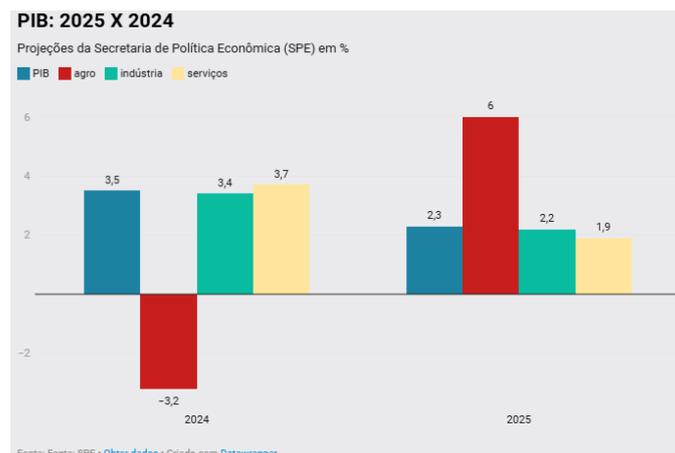
OPINIÃO - PIB MAIS FRACO, PUXADO POR AGRO E PETRÓLEO, NÃO VAI AJUDAR LULA A RECUPERAR A POPULARIDADE

Ministério da Fazenda reduziu de 2,5% para 2,3% a projeção para 2025 e previu mudança na ‘composição’ do crescimento da economia

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA – O Ministério da Fazenda reduziu a projeção de crescimento para o PIB deste ano de 2,5% para 2,3%. Além da má notícia sobre a desaceleração do crescimento, em si, já que em 2024 a alta deve ficar em torno de 3,5%, a sua composição também não deve ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a recuperar sua popularidade em queda.

O problema é que a Secretaria de Política Econômica (SPE) estima que a agropecuária e o setor de extração de petróleo terão papel crucial no ritmo de atividade, o que representará uma mudança na composição do crescimento da economia (veja o gráfico abaixo). Em 2024, por exemplo, a indústria e os serviços foram mais determinantes, dois setores que têm grande papel na geração de postos de trabalho.



Questionado sobre o risco de aumento do desemprego, o secretário Guilherme Mello pontuou que estima uma “desaceleração das novas vagas” no mercado de trabalho este ano, mas ainda com geração positiva.

Para a arrecadação, fator determinante para o governo cumprir a meta fiscal, o crescimento puxado pelo agro também não é boa notícia, já que o setor é um dos mais desonerados da economia, como grande exportador, e paga pouco imposto.

Alimentos desaceleram, mas continuam subindo

O lado positivo para Lula é que o agro mais forte pode ajudar a desacelerar a alta dos preços dos alimentos. Isso não significará, contudo, retração nesses preços, apesar um crescimento em ritmo mais lento (a SPE não tem projeção específica para esse indicador, mas prevê alta menos intensa).

Para a inflação como um todo, a SPE estima que o IPCA deste ano ficará em 4,8%, acima do teto da meta, e no mesmo patamar registrado pelo IBGE em 2024. O número, contudo, é mais otimista do que as projeções do mercado, que estima 5,58% de alta nos preços, e do próprio BC, que prevê 5,2%.

A SPE também reduziu sua projeção de crescimento do PIB do quatro trimestre de 2024, ainda não divulgado pelo IBGE, de 0,7% para 0,4% – o que significa que a economia começou o ano de 2025 menos embalada.

Lula optou por iniciar o seu mandato com fortes estímulos fiscais, que ajudaram a fazer o PIB crescer mais em 2023 e 2024. Agora, com a inflação acima da meta, terá de lidar com os juros em alta e algum controle de despesas. Enfrentará as eleições de 2026 com a economia menos embalada.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 13/02/2025

STF DECIDE QUE PODER PÚBLICO NÃO É RESPONSÁVEL DE FORMA AUTOMÁTICA POR DÍVIDAS DE TERCEIRIZADAS

Decisão livra a União e a Petrobras de um rombo de cerca de R\$ 2 bilhões

Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA – O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, que os entes públicos não são responsáveis, de forma automática, pelas dívidas trabalhistas de empresas terceirizadas. A decisão livra a União e a Petrobras de um rombo de cerca de R\$ 2 bilhões, além de afetar todos os processos que discutem o mesmo tema na Justiça.

De acordo com informações apresentadas no processo em 2020, a Petrobras é alvo de cerca de 52 mil processos que envolvem terceirização, com valores que superam R\$ 1,5 bilhão. Já a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou em 2021 que o tema tinha impacto de R\$ 419 milhões, em uma estimativa conservadora, para os cofres públicos.



A discussão se concentrou em definir de quem é a responsabilidade de provar se houve ou não negligência da administração pública em casos de terceirização quando a prestadora de serviços deixa de cumprir suas obrigações trabalhistas.

A estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal. Foto: Dida Sampaio / Estadão

O relator, Kássio Nunes Marques, propôs a corrente vencedora. Para o ministro, cabe ao autor da ação trabalhista comprovar que a

administração pública não fiscalizou a prestação de serviço ou então soube do problema e não tomou nenhuma medida para regularizar a situação. Ele foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

“Entendo cabível a responsabilização da administração pública nos casos em que houver prova inequívoca de conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos, de modo que é imprescindível provar tanto o conhecimento da situação de ilegalidade como a inércia em tomar providências para saná-la”, afirmou em seu voto.

Novas ações trabalhistas na Justiça ultrapassam 2 milhões em 2024, maior aumento desde a reforma

Divergências

Foram abertas duas divergências. Uma delas foi do ministro Edson Fachin, que defendeu que cabe ao ente público o dever de comprovar que agiu de acordo com a lei. Para ele, o ônus não pode recair sobre o trabalhador porque ele não tem os meios necessários para produzir provas. “É, sim, dever do ente tomador de serviço provar que fiscalizou. Se não o fizer, responde”, destacou.

O ministro Dias Toffoli acompanhou Fachin. “Minha preocupação é essa situação do trabalhador que fica descoberto com empresa que quebra”, afirmou.

O ministro Cristiano Zanin divergiu apenas na tese, e foi acompanhado por Flávio Dino. Ele defendeu que a responsabilidade dos entes públicos não é automática, mas cabe ao juiz determinar à luz do caso concreto quem terá o ônus da prova.

“A condicionante para essa responsabilidade subsidiária é a comprovada falha na fiscalização”, propôs Zanin. “Em regra, cabe ao autor da ação comprovar essa falha. Agora, poderá haver situações em que isso não seja possível”.

Versões

O advogado Felipe Gomes Vasconcellos, que falou pela Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abra), sustentou que a repercussão econômica de cerca de R\$ 2 bilhões apresentada pela União e pelo Petrobras impacta, por outro lado, os trabalhadores que pleiteiam na Justiça o recebimento das verbas trabalhistas.

“Estamos falando aqui de milhares de trabalhadores e trabalhadoras credores desses R\$ 2 bilhões que não receberam seus direitos trabalhistas devido a falha de fiscalização por parte da administração pública”, afirmou.

Representantes dos trabalhadores defendem que o ônus de comprovar que o ente público cumpriu com suas obrigações deve ser da própria administração pública. “Transferir o ônus da prova ao empregado, que não tem acesso aos contratos feitos pela administração pública, não tem acesso aos mecanismos de fiscalização adotados ou não pelo estado, é impor uma obrigação desproporcional”, afirmou Vasconcellos.

O procurador do Estado de São Paulo, Celso Alves Resende Júnior, disse que a Justiça do Trabalho tem ignorado a jurisprudência do Supremo ao decidir que o ônus da prova é dos entes públicos. “O Supremo já consolidou entendimento contrário à responsabilização automática da administração pública, entretanto, a Justiça do Trabalho de forma reiterada tem se esquivado dessa orientação”, disse em sustentação oral.

Para ele, o entendimento da Justiça do Trabalho de impor à administração pública o dever de comprovar que não foi negligente cria uma “presunção de culpa que não encontra respaldo nem na lei nem na jurisprudência deste STF”.

Fonte: O Estado de São Paulo SP
Data: 13/02/2025

PROPOSTA DE TRUMP ELIMINARIA METADE DA PRODUÇÃO DE MOEDAS NOS EUA AO DAR FIM À DE UM CENTAVO

Moedas de um centavo de dólar custam mais para serem produzidas do que o seu valor de face; a de cinco centavos também é uma 'vilã'

Por Irina Ivanova (Fortune)

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou no domingo, 9, o fim da moeda de um centavo de dólar (US\$ 0,01), postando no Truth Social (plataforma de mídia social criada por ele) que havia ordenado ao secretário do Tesouro que parasse de cunhar moedas desse valor.

Trump se junta a uma longa lista de nomes que tentaram eliminar as moedas de um centavo. Lista que inclui o secretário do tesouro de Barack Obama, Jack Lew, o comediante John Oliver, vários integrantes do Congresso e muitas outras nações desenvolvidas que conseguiram extinguir as suas.

Os Estados Unidos perderam dinheiro produzindo moedas de um centavo por quase duas décadas. Eles continuam teimosamente a emitir peças de US\$ 0,01 mesmo enquanto outras nações deixaram as suas de lado. É o caso do Canadá, que se desfez da sua moeda de um centavo em 2012, enquanto a Austrália e a Nova Zelândia pararam de produzir moedas de um centavo no início dos anos 1990.

O custo de produzir a moeda de um centavo aumentou drasticamente nas últimas duas décadas. Nos últimos 19 anos, de acordo com a Casa da Moeda dos EUA, a nação gastou mais para cunhar essas moedas do que recebe de volta em valor nominal. Atualmente, cada moeda de um centavo custa cerca de US\$ 0,0369 para produzir e distribuir; no ano passado, os EUA perderam US\$ 85 milhões emitindo mais de 3 bilhões de moedas de um centavo, com perdas semelhantes em 2023 e 2022. A Casa da Moeda também perdeu quase US\$ 18 milhões em moedas de cinco centavos, que, assim como as de um centavo, custam mais para fazer do que valem.

Ainda assim, a proposta ignora a moeda de cinco centavos (US\$ 0,05), que é ainda mais dispendiosa. Cada peça atualmente custa cerca de US\$ 0,13 para fazer, em uma perda de oito centavos por moeda.

É aí que a proposta de eliminar a moeda de um centavo encontra problemas. Embora eliminar a peça de um centavo pareça ser uma questão bipartidária rara, com amplas maiorias de democratas, republicanos e independentes expressando o desejo de eliminar essa moeda em uma pesquisa de 2022, a moeda de cinco centavos tem muito mais fãs, com menos de um terço dos respondentes da pesquisa expressando o desejo de eliminar a peça.



O presidente Donald Trump instruiu o secretário do Tesouro dos Estados Unidos a parar a produção de novas moedas de um centavo. Foto: Saul Loeb/AFP

É possível que eliminar a moeda de um centavo levaria a um aumento na demanda por moedas de cinco centavos. Esse é o argumento dos Americanos pelo Bom Senso, um grupo a favor da moeda de um centavo financiado pelo fabricante de zinco Artazn, que tem um contrato com a Casa da Moeda dos EUA para fornecer as placas que se tornam essas moedas.

“Sem a moeda de um centavo, a demanda por moedas de cinco centavos aumentaria para preencher a lacuna em transações de pequeno valor”, diz o grupo.

O porta-voz Mark Weller disse à CNN que a produção de moedas de cinco centavos provavelmente precisaria aumentar para 2 milhões ou 2,5 milhões de moedas por ano, com base em nações que

eliminaram sua peça de um centavo. “Na maioria dos países, a moeda de menor denominação é a mais cunhada”, disse ele à emissora.

Enquanto isso, a CNN calculou que produzir apenas 850 mil moedas de cinco centavos a mais neste ano eliminaria a economia de custos da perda das moedas de um centavo. O Departamento de Eficiência Governamental não respondeu a um pedido de comentário sobre os planos da administração para as moedas de cinco centavos.

Uma proposta de perda de dinheiro

Sim, as moedas de um centavo, apesar de sua superfície cor de cobre, são feitas principalmente de zinco desde o início dos anos 1980. Na época, os EUA fizeram a troca para contornar os preços exorbitantes do cobre que levaram os consumidores a acumular essas moedas.

“Nós nem sempre perdemos dinheiro com centavos”, diz Robert Whaples, professor de economia na Universidade Wake Forest. A inflação “elevou o preço de tudo, menos o valor nominal da moeda de um centavo”, disse ele à Fortune, e à medida que “o custo de fazer a moeda de um centavo sobe, você tem que pagar aos trabalhadores e às pessoas nas minas de zinco para minerá-lo.”

Hoje, os altos preços do cobre são novamente responsáveis pelos altos custos de produção das moedas; paradoxalmente, são os altos preços do cobre que estão elevando o custo das moedas de cinco centavos. Essas moedas têm cerca de 75% de cobre em comparação com os 2,5% da moeda de um centavo.

Mas mesmo que as moedas de um centavo pudessem ser tiradas do nada e não custassem recursos, Whaples diz que ainda defenderia a eliminação delas. O motivo: “Um a moeda de um centavo usa nosso tempo”.

“Com o salário médio nos EUA a US\$ 30 por hora, um americano médio ganha um centavo a cada dois segundos”, explica Whaples. Então, se você está em uma fila de caixa, atrapalhando-se por alguns segundos extras com moedas de um centavo para dar o troco exato, você acabou de custar a si mesmo — e a todos atrás de você — dinheiro.

Julgando pela quantidade de moedas de um centavo acumuladas nos cofrinhos e almofadas de sofá dos americanos, os consumidores em grande parte decidiram que elas simplesmente não valem o tempo que leva para gastá-las. Dois terços das moedas de um centavo produzidas não circulam realmente, estima o Congressional Research Service. Uma estimativa do The New York Times do ano passado descobriu que há 240 bilhões de moedas de um centavo espalhadas pelos potes de moedas, bolsos de calças e almofadas de sofá do país — o suficiente para dar a cada residente mais de 700 centavos (US\$ 7).

Na verdade, é porque as moedas de um centavo são tão inúteis que a Casa da Moeda é forçada a continuar a emití-las, diz Whaples. “Porque as pessoas não trazem as moedas de um centavo de volta, as lojas começam a ficar sem elas e enviam a mensagem pela cadeia, ‘ei, precisamos de mais moedas de um centavo’. A Casa da Moeda então começa a cunhar mais dessas moedas a um custo para o contribuinte dos EUA.”

Portanto, mesmo que a Casa da Moeda pare de fazer moedas de um centavo amanhã, levaria muito tempo para todas as que estão em circulação desaparecerem, o que é bom, já que os EUA saíram do hábito de eliminar moedas. A última vez que a América eliminou uma moeda foi antes da Guerra Civil. Em 1857, o Congresso direcionou a Casa da Moeda dos EUA a parar a produção da moeda de meio centavo. Naquela época, de acordo com o Dados para o Progresso, a moeda valia o que uma moeda de dez centavos vale hoje.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 13/02/2025

FAZENDA VÊ EFEITOS 'LIMITADOS' DE TARIFAS DE TRUMP SOBRE AÇO E ALUMÍNIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Secretaria de Política Econômica diz que embarques de produtos de ferro, aço e alumínio para os EUA corresponderam a apenas 1,9% do valor total exportado pelo Brasil em 2024

Por Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA – A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda avalia que as tarifas de importação sobre aço e alumínio anunciadas por Donald Trump devem exercer impacto limitado nas exportações brasileiras, se efetivamente implementadas.

“As exportações brasileiras de produtos de ferro, aço e alumínio para os Estados Unidos corresponderam a apenas 1,9% do valor total exportado pelo Brasil em 2024, mas a cerca de 40,8% do valor total de ferro, aço e alumínio exportado”, diz o documento “2024 em retrospectiva e o que esperar de 2025”, apresentado pela SPE nesta quinta-feira, 13.



Secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, diz que ainda é difícil avaliar os impactos da política comercial adotada pelos Estados Unidos. Foto: Washington Costa/MF

“Nesse sentido, tarifas de 25% sobre importações de produtos de ferro, aço e alumínio devem ter impactos relevantes na indústria de metalurgia, porém limitados no total das exportações e no PIB brasileiro”, diz o documento.

O secretário de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse que ainda é difícil avaliar os impactos da política comercial adotada pelos Estados Unidos.

“Acho que é cedo para incorporar esse tema em qualquer cenário. Claro que podemos construir cenários alternativos, mas temos ainda que entender melhor como isso vai correr, em que prazo, como vai ser afetado”, afirmou.

“Ainda leva tempo para ter mais clareza sobre esse cenário. Hoje é muito difícil apontar possíveis impactos. Por enquanto, do que foi anunciado, você pode ter algum impacto setorial, mas o impacto macro é mais difícil.”

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 13/02/2025

LEI DE COMBATE AOS SUPERSALÁRIOS TEM 14 BRECHAS PARA MANTER REGALIA, DIZ ESTUDO

Entre elas estão auxílio-alimentação, ressarcimento para pagamento de plano de saúde e 13º salário; penduricalhos custam R\$ 11 bilhões ao País

Por Clayton Freitas

Uma análise jurídica sobre um projeto de lei que visa combater os supersalários e prevê 32 exceções ao teto do funcionalismo público indica que 14 delas abrem brechas justamente para a manutenção desses rendimentos de servidores públicos, que extrapolam o limite do teto constitucional de R\$ 46.366,19 (como são classificados os supersalários).

O estudo, denominado “Supersalários e o teto constitucional: Natureza das verbas indenizatórias e remuneratórias e PL nº 2.721/2021”, foi produzido pelo escritório do advogado João Paulo Bachur, jurista que já ocupou cargos no ministério da Educação e na Casa Civil, a pedido do Movimento Pessoas à Frente, organização criada em 2021 e que já produziu estudos sobre a questão dos

supersalários. Eles avaliaram que o projeto, que visa combater justamente os supersalários, pode ter um efeito contrário e até aprofundar o rombo das contas públicas.

No final do ano passado, um estudo anterior do Movimento Pessoas à Frente produzido pelo economista Bruno Carazza, pesquisador e professor da Fundação Dom Cabral, calculou em R\$ 11 bilhões os custos aos cofres públicos devido aos supersalários.



O tema ganhou relevância recentemente após as conversas de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O que eles debateram foram possíveis medidas para combater os supersalários.

Projeto de lei com exceções ao teto do funcionalismo pode ter efeito contrário e manter supersalários. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A análise jurídica de Bachur e sua equipe sobre o projeto de lei 2.721 de 2021 indicou que ao menos 14 das 32 exceções ao teto são verbas remuneratórias, e não indenizatórias. Se mantidas como estão no texto original, elas podem, além de manter os supersalários, criar um efeito em cascata, já que abre espaço para que servidores do Executivo que ganham menos do que o estabelecido peça equiparação, o que pode provocar um rombo de R\$ 26,7 bilhões nas contas públicas. Veja abaixo.

Verbas que deveriam ser remuneratórias, segundo estudo

Análise jurídica levou em conta redação do PL 2721/2021

	Natureza
1	Ressarcimentos de mensalidade de planos de saúde, até 5% (cinco por cento) do limite remuneratório aplicável à retribuição do agente;
2	Adicional de férias, em valor não superior a 1/3 (um terço) da remuneração do agente, desde que não decorra de período de férias superior a 30 (trinta) dias por exercício;
3	Décimo terceiro salário, adicional noturno e serviço extraordinário, desde que pagos nos termos previstos nos incisos VIII, IX e XVI do caput do art. 7º da Constituição Federal;
4	Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres e perigosas;
5	Auxílio-creche, relativo a filhos e dependentes até 5 (cinco) anos de idade, em valor, por dependente, não superior a 3% (três por cento) do limite remuneratório aplicável à retribuição do agente;
6	Abono decorrente de opção pela permanência em serviço após a aquisição do direito de passagem à inatividade, até o valor correspondente à contribuição previdenciária vertida pelo servidor;
7	Gratificação pelo exercício de função eleitoral, prevista na Lei n. 8.350, de 28 de dezembro de 1993 ;
8	Indenização de representação no exterior, auxílio familiar, ajuda de custo, diárias e auxílio-funeral previstos nas alíneas a e e do inciso III, do caput, do art. 8º, da Lei n. 5.809, de 10 de outubro de 1972;
9	Adicional ou auxílio-funeral, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social;
10	Indenização Financeira Mensal para Tropa no Exterior e Indenização Financeira Mensal para Funções de Comando no Exterior, previstas no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei n. 10.937, de 12 de agosto de 2004, bem como o auxílio destinado a atender a despesas com deslocamento e instalação, previsto no art. 4º da referida Lei;
11	Compensação pecuniária devida ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento, prevista na Lei n. 7.963, de 21 de dezembro de 1989;

Natureza

- | | |
|----|--|
| 12 | Gratificação de representação prevista nas alíneas b, c e d, do inciso II, do caput do art. 10, da Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019, devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, ou parcela equivalente prevista na legislação aplicável aos militares dos Estados e do Distrito Federal, limitada a exclusão, em ambos os casos, a valor correspondente, por dia, a 2% (dois por cento) do soldo; |
| 13 | Participação na organização ou na realização de concurso público ou como instrutor em processo de capacitação mantido por órgão ou entidade integrantes da administração pública direta e indireta, desde que não exceda valor correspondente a 10% (dez por cento) do limite remuneratório aplicável ao agente; |
| 14 | Gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União, de que trata a Lei n. 13.024, de 26 de agosto de 2014, e gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, a que se referem as Leis n.s 13.093, 13.094, 13.095 e 13.096, todas de 12 de janeiro de 2015, assim como parcela de idêntica finalidade destinada aos membros da magistratura estadual, dos Ministérios Públicos dos Estados e das Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal, observados o limite de 1/3 (um terço) do limite remuneratório aplicável ao agente e o disposto no § 4º deste artigo. |

Fonte: "Supersalários e o Teto Constitucional"/Movimento Pessoas à Frente

As verbas remuneratórias são pagas mensalmente como salário pelo trabalho realizado e as verbas indenizatórias são destinadas a cobrir despesas ou danos sofridos pelo empregado no desempenho de suas funções. Para serem consideradas indenizatórias e, portanto, isentas do teto constitucional, essas verbas devem: ser para reparação de despesas, ser eventuais e específicas, não ser permanentes e precisam ser estabelecidas por lei.

O projeto de lei 2.721/2021 classifica certos auxílios, como o 13º salário e adicional de férias, como indenizatórios, isentando-os de Imposto de Renda e contornando o teto constitucional, o que gera controvérsia.

Pelos cálculos do estudo de Carazza feito no ano passado, apenas quatro penduricalhos podem trazer como impacto orçamentário R\$ 3,4 bilhões: o pagamento em dobro do adicional de um terço de férias; a gratificação por exercício cumulativo de ofícios; o auxílio-alimentação; e o ressarcimento de despesas com plano de saúde.

“Entendemos que precisamos passar pela discussão do que é indenizatório e remuneratório e combater os supersalários. Ele (o projeto de lei) não só vai manter, mas pode gerar um efeito cascata para que outras carreiras vejam os privilégios conquistados como uma meta e vire o ‘novo normal’. E o que a gente prevê é que pode existir uma disputa entre as carreiras para que seja uma meta a ser conquistada”, afirma Jessika Moreira, diretora executiva do Movimento Pessoas à Frente.

Impactos e jurisprudência

Segundo Jessika, a escolha pelo PL 2.721/21 para análise ocorreu por ele ser o mais adiantado entre vários outros projetos de lei que tratam da questão do combate aos supersalários.

A preocupação se dá pelo seguinte: a emenda à Constituição sobre o corte de gastos deixou de fora a questão dos supersalários. Ficou definido que a questão deve ser tratada por uma lei ordinária e, como a tramitação do PL 2.721 é a mais avançada, o temor é que o projeto seja pautado e aprovado sem uma melhor discussão.

O entendimento é o de que o texto do projeto de lei pode, na verdade, institucionalizar o pagamento dos penduricalhos. A diretora explica que a intenção do Movimento é que o projeto, atualmente no Senado, não tramite mais e dê espaço para um outro, que possa levar em conta esses impactos apontados nos estudos.

Para chegar às conclusões do estudo, Bachur e sua equipe fizeram pesquisas de decisões em vários tribunais que já trataram de questões de verbas indenizatórias e remuneratórias.

Foram consultadas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O estudo indica conclusões conflitantes de tribunais. Um exemplo são os ressarcimentos de mensalidade de planos de saúde. Por não haver lei específica sobre o tema, muitas vezes os tribunais vêm classificando a questão como indenizatória. Entretanto, para Bachur e sua equipe, por se tratar de algo com caráter permanente, essa verba deveria ser classificada como remuneratória e assim ser incorporada aos vencimentos e sujeita ao teto.

Outro caso é de auxílio-creche, relativo a filhos e dependentes de até cinco anos de idade, pago até o limite de 3% do salário. Embora a assistência gratuita seja prevista pelo inciso 25 do artigo 7º da Constituição Federal, o entendimento do estudo é que se trata de natureza geral e permanente e, com isso, não deveria ser caracterizada como uma indenização, mas sim ser incorporada à remuneração.

Casos semelhantes acontecem com a indenização de representação no exterior, adicional ou auxílio-funeral, participação na organização ou na realização de concurso público e gratificação pelo exercício de função eleitoral, entre outros.

Fonte: O Estado de São Paulo SP
Data: 13/02/2025

VALE VAI LANÇAR O NOVO CARAJÁS, INVESTIMENTO DE R\$ 70 BI, COM A PRESENÇA DE LULA

Com o programa, a ser apresentado na sexta, 14, a companhia busca suporte ao crescimento e à 'otimização' da produção de minério de ferro e expansão para a de cobre de forma mais acelerada
Por Amélia Alves

A Vale confirmou nesta quarta-feira, 12, que lançará o programa Novo Carajás, em evento com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira, 14, às 16h. O valor desse investimento da Vale é de R\$ 70 bilhões, a serem destinados entre 2025 e 2030 para a expansão da mineração de ferro e cobre em Carajás, no município de Parauapebas (PA).

O programa Novo Carajás, segundo a mineradora, tem o objetivo de dar suporte ao crescimento e à "otimização" da produção de minério de ferro da Vale, assim como acelerar a expansão da produção de cobre, conforme guidances (tendências) divulgados ao mercado, destaca a Vale em comunicado ao mercado.



Investimento será destinados entre 2025 e 2030 à expansão da mineração de ferro e cobre em Carajás, no município de Parauapebas (PA) Foto: Divulgação/Vale

Além disso, ainda segundo a mineradora, o programa contém uma série de investimentos em tecnologia, saúde e segurança, manutenção de equipamentos e operações, sustentabilidade, "alavancando o expertise da Vale na região".

"Essa é uma alocação de capital estratégica na região de Carajás, uma província rica em minerais essenciais para a descarbonização e a transição energética global", diz.



Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (de Minas e Energia) também devem participar do evento.

Lula viajará nesta quinta-feira, 13, para Belém para participar de agendas de dois dias no Pará.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 13/02/2025



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

REFORMA É O DESEMPATE ENTRE RUI COSTA E HADDAD

O batismo de 2025 foi dado por um egresso da finada frente ampla: “Temos nos ocupado muito com renda e emprego mas, no fundo, as pessoas só se preocupam com a inflação”

Por Maria Cristina Fernandes

A crença de que o ano só começa depois do carnaval ganhou ainda mais adeptos com a previsão de que o Orçamento será votado em março. Mas não é preciso esperar esta aprovação, inequívoca visto que o Congresso hoje é seu sócio quase majoritário. Tampouco é preciso aguardar a reforma ministerial ou a equação para as emendas para se concluir que o ano começou antes mesmo da troca de calendário.

Seu ponto de partida foi dado por um gráudo integrante deste governo egresso da finada frente ampla que o elegeu: “Temos nos ocupado muito com a renda e o emprego mas, no fundo, as pessoas só se preocupam com a inflação”. Esses dois polos estão representados pelos ministros da Casa Civil e da Fazenda. O peso de cada um deles sobre o presidente da República define rumos mais do que toda a Esplanada.

Ninguém tem dúvida de que o ano, que já começou sob o signo da decisão de Lula de não avalizar o ajuste pretendido pela Fazenda, manteve, com a trapalhada do Pix, Fernando Haddad no escanteio. O ministro é um dos poucos no entorno do chefe capaz de lhe dizer: “O senhor pensa A e eu penso B. Vou fazer A mas vou lhe dizer o que vai acontecer”. Ter razão nem sempre é o melhor caminho pra vencer a parada. Só que, desta vez, aconteceu. Repara onde vai parar o juro.

No outro polo está o ministro que mais emplaca teses. A de que o governo é bom mas se comunica mal lastreou a troca na Secom, mas foi má conselheira de Rui Costa na troca da laranja pelo limão. A de que o governo é ruim porque os ministros são desorganizados e não reconhecem a autoridade da Casa Civil favorece a si e aos seus, como o ministro das Minas e Energia. A de que Haddad é Joaquim Levy II e o governo vai perder sua base social abre portas para Gleisi Hoffmann na Secretaria-Geral da Presidência.

Se Haddad recobrou fôlego é porque ficou claro o efeito corrosivo da inflação sobre a popularidade do presidente. Ainda não se sabe, porém, se terá força para operar mudanças adicionais. Em vez de contingenciar o Orçamento no fim do ano, como em 2024, fazê-lo no início para ir soltando à medida das contingências políticas e fiscais. A ideia tem sido tratada com discrição porque, espriada no Congresso, pode tumultuar o Orçamento.

Se a indisposição do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a conter gastos é notória, aquela do novo presidente da Câmara pode ser averiguada pelo projeto que, segundo Marcelo Ribeiro, do Valor, Hugo Motta (Republicanos-PB) pretende levar à votação. A pretexto de cumprir decisão do STF que manda ajustar as bancadas ao Censo 2022, tirando de uns Estados e aumentando a de outros, Motta pretende acrescentar 14 cadeiras à Casa. O projeto é da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do seu mentor.

Este é apenas um aperitivo da disposição com a qual os parlamentares se preparam para a votação do Orçamento. Como represaram a definição das comissões para março, vai tudo junto e misturado. A alocação de recursos será uma venda casada com a escolha das comissões que concorre, em grau de importância, com a disputa pela Esplanada.

Basta lembrar as trocas das ex-ministras Ana Moser (Esportes) e Daniela Carneiro (Turismo) e a resistência à saída de Juscelino Filho (Comunicações), indiciado pela PF, para concluir que a ampolheta da reforma ministerial não se move por cálculos políticos sofisticados. Acontecerá quando der na telha do presidente.

Tampouco faz sentido imaginar que a reforma possa amarrar os partidos que seguirão com o Palácio do Planalto em 2026. Quem assistiu ao impeachment de Dilma Rousseff conhece os personagens que faziam juras de fidelidade à ex-presidente no almoço e se acertavam com Michel Temer no jantar. São os mesmos que aí estão. De tão à vontade, os caciques partidários nem mesmo se dão ao trabalho de prometer fidelidade ao governo.

A única reforma que hoje deveria importar é a do ajuste necessário para conter a inflação. E não é Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) ou Carlos Fávaro (Agricultura) que vão resolvê-la, como disse o presidente, mas um Haddad longe da sombra de Rui Costa. Até para facilitar a vida do novo ministro (Secom) baiano.

O cinturão de proteção ao ministro da Fazenda tem contado com Renan Filho (Transportes) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos). Por convicção e para se contrapor aos algozes do ministro no PP, no PSD e no União, fizeram do mantra de Renan Filho ("Governo que cumpre meta de inflação não precisa explicá-la") antídoto contra as ofensivas.

Os problemas não se restringem a um Congresso perdulário. Se o programa de empréstimo consignado no setor privado, costurado pela Febraban, colabora com a economia geral da nação, por permitir a troca de dívidas caras por uma mais barata, o choque de crédito dos bancos públicos vai na direção contrária.

Até a reação desenfreada a Donald Trump pode colaborar para desandar a pauta. Uma taxa generalizada sobre as exportações brasileiras é uma catástrofe, mas é na costura miúda com os demais prejudicados que se vai resolver. Retaliar com uma taxa amplificada de serviços digitais, usados pela maioria dos brasileiros, é adubar a inflação. E não apenas. É também enfrentar uma retaliação política da Casa Branca que pode acabar devolvendo fôlego ao viralatismo bolsonarista.

Fonte: Valor Econômico SP
Data: 13/02/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

STJ MANTÉM PROIBIÇÃO DA COBRANÇA DO 'SSE/THC2' PELA DPW

Por Danilo Oliveira | Portos e Logística | 13/02/2025 - 19:09



Primeira Turma negou recurso da operadora portuária em processo no qual a Marimex contesta legalidade da cobrança. Operadora do terminal em Santos aguarda acórdão para adotar medidas cabíveis

A primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou seu posicionamento anterior, de agosto de 2024, proibindo a cobrança do serviço de segregação e entrega de contêineres (SSE), também chamado de THC-2. A

decisão da Corte foi tomada na última terça-feira (11), em julgamento do recurso no caso envolvendo a Marimex e a Embraport (atual DP World Santos), no qual a empresa retroportuária contestou a legalidade da cobrança dessa tarifa pela operadora do terminal molhado em Santos (SP).

Após a decisão de agosto passado, a DPW entrou com embargos de declaração para reverter a suspensão da cobrança. Procurada pela Portos e Navios, a DP World Santos informou que analisará o acórdão que rejeitou os embargos, após esse documento ser disponibilizado oficialmente, e que a empresa adotará oportunamente as medidas cabíveis para o caso.

Para o advogado Bruno Burini, representante da Marimex no caso, a decisão reforça a necessidade de um ambiente competitivo equilibrado no setor portuário. “Além de garantir a justiça e a transparência nas relações comerciais, a decisão representa uma vitória significativa para empresas retroportuárias, como a Marimex, que buscam condições mais justas para operar”, afirmou Burini, do escritório BRZ Advogados.

O debate sobre o direito à cobrança do SSE/TCH-2 está associado a uma disputa de décadas entre terminais secos e molhados, de todo o país, pelo mercado de armazenagem e desalfandegamento aduaneiro. Existem terminais de retroárea que conseguiram decisões judiciais para impedir a cobrança. Os representantes dos Redex defendem que o serviço de segregação e entrega se trata de um valor pago em duplicidade, apelidando-o de ‘THC-2’. Eles sustentam que a remuneração do serviço está incluída nas tarifas já pagas pelo importador, denominada box rate (cesta de serviços).

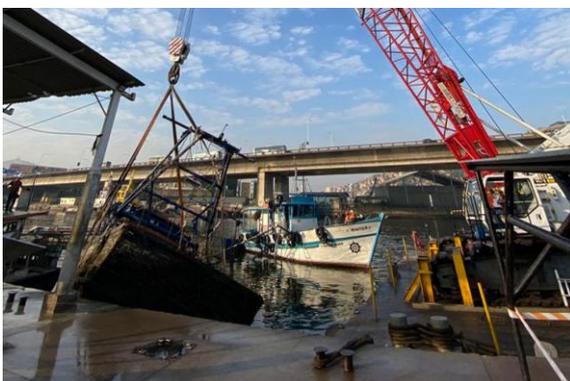
Antes da 1ª turma do STJ suspender a cobrança pela DPW, o SSE/THC-2 era cobrado para serviços de separação, transporte e entrega de cargas do porto aos terminais retroportuários, referente ao desembarque de cargas. A empresa retroportuária alegou que a prática representava pagamento em duplicidade, onerando injustamente as operações logísticas.

Um dos argumentos apresentados pela Marimex é que o SSE/THC-2 configura abuso de posição dominante por parte dos operadores portuários, violando as regras de defesa da concorrência, conforme a Lei 12.529/2011. No julgamento de agosto passado, a ministra relatora na 1ª turma do STJ, Regina Helena Costa, considerou que os operadores portuários detêm posição dominante no mercado e, ao cobrar tarifas adicionais, podem distorcer a concorrência.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ
Data: 13/02/2025

BAÍA DE GUANABARA TEM 80 CASCOS DE EMBARCAÇÕES ABANDONADOS À ESPERA DE REMOÇÃO

Por Lorena Parrilha Teixeira Indústria naval 13/02/2025 - 18:52



Governo do estado do Rio de Janeiro liberou R\$ 25 milhões para remoção dessas estruturas naufragadas e que representam risco ambiental e à navegação

Espalhados pelo Canal de São Lourenço, em Niterói (RJ), e por áreas pertencentes aos municípios do Rio de Janeiro e São Gonçalo, cerca de 80 cascos de embarcações abandonados se tornaram um grave problema ambiental e logístico na Baía de Guanabara. Essas estruturas, muitas delas deterioradas e parcialmente soterradas no fundo lodoso, representam risco para pescadores, navegadores e para a

biodiversidade local.

Ao longo dos anos, o abandono de embarcações na região cresceu, agravando a poluição da água e dificultando a circulação segura de barcos e navios. Os destroços obstruem rotas de navegação e afetam diretamente as comunidades que dependem da pesca artesanal e do transporte marítimo.



Além disso, a presença dessas estruturas afeta o escoamento da água, contribuindo para a degradação do ecossistema.

Neste mês, o governo do estado do Rio de Janeiro liberou R\$ 25 milhões para a remoção dessas embarcações abandonadas na Baía de Guanabara. A iniciativa, coordenada pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, será executada ao longo de 36 meses com suporte técnico do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). O projeto utilizará um mapeamento georreferenciado realizado pela Capitania dos Portos do RJ para identificar a localização exata dos cascos soçobrados, que serão retirados e destinados corretamente.

A remoção das embarcações será iniciada no segundo semestre, após a licitação de uma empresa para auxiliar o Inea na operação. Até lá, uma Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação (CTAA) realizará estudos e mapeamentos para garantir a eficiência e segurança do processo. O grupo contará com representantes de órgãos ambientais estaduais, além da Capitania dos Portos, Ibama, Secretaria de Economia do Mar e prefeituras das cidades do entorno da baía.

A remoção dessas embarcações é uma operação complexa. Muitas estão em áreas de difícil acesso, com baixo calado, o que impede a aproximação de equipamentos pesados. Além disso, a falta de informações detalhadas sobre os cascos – como tamanho, material de construção e condições estruturais – dificulta o planejamento técnico. “A degradação avançada dessas estruturas aumenta o risco de colapso e vazamento de resíduos durante a retirada”, observa Ed Nascimento, CEO da AWS Service.

Outro desafio, segundo o especialista em operações navais, é a remoção de embarcações parcialmente soterradas. “Muitos desses cascos estão presos no lodo e exigem um trabalho de escavação e estabilização antes da retirada, para evitar que se desmanchem e liberem materiais contaminantes no ambiente”, explicou Nascimento.

Além do impacto visual de dezenas de estruturas enferrujadas à deriva, os cascos abandonados acumulam resíduos tóxicos, como óleo e tintas, que contaminam a água e prejudicam a fauna marinha. O desgaste dessas embarcações libera metais pesados e microplásticos, agravando ainda mais a poluição da Baía de Guanabara, que há décadas sofre com a degradação ambiental.

O bloqueio de canais de navegação é outro problema crítico. A presença dos destroços reduz os calados operacionais, dificultando a passagem de embarcações maiores e aumentando o risco de acidentes. Em áreas como o Canal de São Lourenço, a atividade econômica também é impactada: “Essa região gera mais de 5.000 empregos diretos e indiretos, mas a obstrução da navegação prejudica as operações de empresas e pescadores”, ressaltou Nascimento.

A remoção dos cascos exige um destino ambientalmente correto para os resíduos. Parte do material pode ser reciclada, como metais e estruturas de fibra de vidro, enquanto componentes contaminantes precisam de tratamento especial. O descarte irregular desses destroços pode causar novos impactos ambientais, tornando a etapa final do processo tão importante quanto a remoção em si.

Além disso, a falta de regulamentação específica para esse tipo de operação no Rio de Janeiro torna o licenciamento ambiental um processo inédito, exigindo planejamento cuidadoso para garantir a segurança jurídica e ecológica da ação.

Especialistas alertam que a remoção dos cascos abandonados precisa vir acompanhada de políticas de prevenção para evitar que o problema se repita. Entre as estratégias sugeridas estão o monitoramento por satélite e drones para identificar embarcações em risco de abandono, sensores de rastreamento em áreas críticas e um sistema de cadastro digital para fiscalizar a movimentação das embarcações.

Além da fiscalização contínua, incentivos para o desmonte sustentável de barcos ao fim da vida útil podem reduzir o descarte irregular. "Sem medidas de prevenção, a Baía de Guanabara pode voltar a enfrentar esse problema em poucos anos", alertou Nascimento.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 13/02/2025

CABOTAGEM AFRETOU 10 NAVIOS DE BANDEIRA ESTRANGEIRA A CASCO NU DESDE 2022

Por Danilo Oliveira Navegação 13/02/2025 - 18:03



Afretamentos ocorreram com base em alterações na Lei 9.432/1997 a partir da Lei 14.301/2022, que cria o BR do Mar

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) estima que 10 navios afretados a casco nu tenham sido incorporados à frota desde 2022, com base nas regras que permitem o afretamento de embarcação de bandeira estrangeira sem lastro. Esses afretamentos ocorreram com base em alterações na Lei 9.432/1997, a partir da Lei 14.301/2022, que cria o programa BR do Mar. O diretor-executivo da Abac, Luis

Fernando Resano, avalia que o modal vem crescendo em oferta no Brasil e que esses navios não correspondem à substituição de embarcações que já operam na costa brasileira, representando um aumento efetivo de frota.

Resano disse à Portos e Navios que esses 10 navios foram trazidos por diferentes empresas para o transporte de tipos distintos de cargas, desde contêineres a graneis líquidos e sólidos. Empresas como Elcano, Flumar e Braskem afretaram um navio cada nesse período. No caso dos contêineres, considerando uma capacidade média de 3 mil TEUs por navio, foram cerca de 20 mil TEUs adicionais, levando em conta a entrada de navios da Norcoast (4), Mercosul Line (1) e da Log-In (2).

Em 2024, a Abac apurou entre suas associadas o transporte de um total de 1,5 milhão de TEUs, um aumento de quase 20% de crescimento em relação a 2023. Na avaliação da Abac, este crescimento foi fortemente alavancado pelas cargas feeder, que tiveram um aumento de 34%. A expectativa da associação, segundo Resano, é continuar a seguir nessa toada de crescimento.

O BR do Mar, em fase de regulamentação, quebrou algumas barreiras de entrada de navios vindos do exterior, na medida em que flexibilizou afretamentos e deu a possibilidade gradativa de se trazer embarcações a casco nu, a partir de 2022, sem comprovação de tonelagem brasileira. Algumas empresas utilizaram as mudanças promovidos na Lei 9.432/97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e que flexibilizaram o afretamento a casco nu sem exigência de lastro.

Novos players

No final de janeiro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a operação da chilena Ultrana na navegação doméstica na costa brasileira com o navio 'Bastos I' para transporte de combustíveis. O pleito para a hipótese de suspensão de bandeira foi fundamentado pela Lei 9.432/97, segundo a diretora da Antaq Flávia Takafashi, em seu relatório do processo desse pedido de outorga na agência. Ela acompanhou o parecer da Procuradoria Federal junto à Antaq, que entendeu que as alterações da Lei 9.432/97, promovidas pela Lei 14.301/2022, encontram-se em plena vigência e são autoaplicáveis, não dependendo de regulamentação, nesse ponto, para produzirem os seus efeitos.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 13/02/2025

MAERSK E INMARSAT FIRMAM ACORDO PARA MODERNIZAR CONECTIVIDADE EM FROTA GLOBAL

Da Redação Navegação 13/02/2025 - 19:17



A Maersk e a Inmarsat Maritime anunciaram um novo acordo para aprimorar os serviços de comunicação via satélite em toda a frota global da Maersk, composta por aproximadamente 340 navios porta-contêineres. A modernização, que ocorrerá entre 2025 e 2026, faz parte da estratégia da Maersk para unificar a conectividade e otimizar operações por meio da digitalização e infraestrutura habilitada para nuvem.

O projeto “One SatCom” visa transformar todos os navios da companhia em escritórios flutuantes até 2027. Segundo Karthikeyan Arumugam, gerente sênior

de produtos da Maersk, a parceria com a Inmarsat fortalece a transformação digital da empresa e melhora o ambiente de trabalho da tripulação, garantindo conectividade tanto para operações quanto para bem-estar a bordo.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 13/02/2025

GOVERNO ANUNCIA INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO NO PORTO DE SANTANA

Da Redação Portos e Logística 13/02/2025 - 19:14



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, oficializaram, nesta quinta-feira (13), o arrendamento do terminal MCP03, no Porto de Santana (AP), destinado à armazenagem de grãos como soja e milho. O contrato prevê investimentos de R\$ 89 milhões ao longo de 25 anos, incluindo a ampliação do Píer 1, dragagem de aprofundamento e pavimentação. O anúncio faz parte de uma série de entregas do governo federal no Amapá para impulsionar a economia local e fortalecer a infraestrutura logística.

A área MCP03, leiloadada em dezembro de 2024, terá sua capacidade ampliada de 450 mil para 917 mil toneladas, modernizando a logística e facilitando o escoamento da produção agrícola. O terminal, localizado dentro da poligonal do porto organizado de Santana, opera sob a jurisdição da Companhia Docas de Santana (CDSA) e é considerado estratégico para a logística aquaviária e interportuária do país.

As obras previstas incluem a expansão dos berços de atracação, aumento do calado operacional e melhorias no acesso terrestre, integradas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O espaço de 11.677 m² será modernizado com novos silos e infraestrutura aprimorada, consolidando o Porto de Santana como um dos principais corredores logísticos do agronegócio brasileiro.

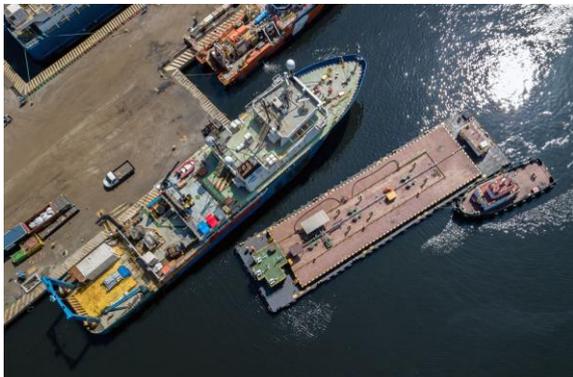
Durante a cerimônia, o ministro Costa Filho destacou que os investimentos irão gerar mais de 500 empregos diretos, reforçando o desenvolvimento local. O governador do Amapá, Clécio Luís, ressaltou a importância do terminal para o estado, enfatizando sua preservação ambiental e o direito ao desenvolvimento. O presidente Lula reafirmou o compromisso do governo com a geração de emprego e renda, defendendo a participação da população na economia. A comitiva presidencial também contou com os ministros Waldez Góes (MIDR), Paulo Teixeira (MDA), Esther Dweck (MGI), Jader Filho (MCid) e Camilo Santana (MEC).

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 13/02/2025

MPOR ESTUDA FORMA DE INCLUIR SETOR DE NAVEGAÇÃO EM PROGRAMA DE COMBUSTÍVEIS LIMPOS

Por Danilo Oliveira Navegação 12/02/2025 - 23:25



Secretária disse que há esforços no ministério para que legislação incorpore metas de descarbonização para navegação de cabotagem e navegação interior

A secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, disse, esta semana, que há um esforço para incluir o setor de navegação, que ficou de fora da lei do Combustível do Futuro. Ela observa que, além do programa que incentiva novas fontes de matriz limpa, houve avanços importantes nos últimos anos envolvendo a regulamentação de temas como o hidrogênio verde e o

mercado de carbono.

“Já colocamos isso como uma meta do Plano Clima para que a gente leve também para dentro da legislação as nossas metas para a navegação de cabotagem e navegação interior”, contou Mariana, na última segunda-feira (10), no ‘II Seminário Internacional para a Transição Energética no Mar: desafios e oportunidades para o Brasil’, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

No evento, ela destacou o lançamento recente da política de sustentabilidade do setor, além da criação da diretoria de sustentabilidade no MPor e de estudos sobre esse tema junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O governo pretende publicar, dentro de 60 dias, uma agenda para 2025 e 2026, ao passo que o setor privado começou a se comprometer com o público no pacto de sustentabilidade.

Mais de 100 empresas responderam ao formulário proposto. Já a agenda vai detalhar o andamento das políticas setoriais, ações e programas de governo. “Se falamos de 115 empresas e cada empresa administra, às vezes, mais de um terminal, tivemos praticamente um censo do que está sendo feito no setor — não só na área de meio ambiente, mas na área de responsabilidade social e também na área de governança”, acrescentou.

O levantamento também apurou que cerca de 70% das empresas já fazem inventário de carbono e que a maior parte já com escopo 1, 2 e 3. “Foi uma grande surpresa. Estamos aos poucos amadurecendo conjuntamente e, nesse pacto, cada empresa, a depender do porte, vai definir as metas de descarbonização, de participação, de diversidade e de governança”, disse a secretária, ressaltando o alinhamento aos 17 indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos nas COPs e no Acordo de Paris.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 12/02/2025

SETOR JÁ DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM PRÓXIMO PERÍODO DE ESTIAGEM NA AMAZÔNIA

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 12/02/2025 - 19:24

Empresários e especialistas alertam para a necessidade de planejamento e execução eficiente da dragagem para evitar um novo colapso no transporte fluvial da região Norte

A iminente estiagem de 2025 já desperta apreensão no setor de navegação da Amazônia, especialmente após os impactos severos da seca em 2023 e 2024. Com um investimento previsto de R\$ 400 milhões ao longo de cinco anos, o Plano Anual de Dragagem e Manutenção Aquaviária



(PADMA), lançado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), tem como objetivo garantir a navegabilidade em trechos estratégicos dos rios Amazonas e Solimões. No entanto, empresários e entidades representativas vêm denunciando a falta de transparência e temem que a dragagem ocorra com atraso, comprometendo novamente o transporte fluvial e a economia regional.

A denúncia recebida por entidades do setor indica insatisfação com a atuação do DNIT. O temor de uma nova crise logística é reforçado por dados alarmantes

sobre a seca no Brasil. Em 2024, 12 grandes rios do país foram afetados, sendo três deles em situação crítica: os rios Paraguai, Paraná e Amazonas. Pesquisadores alertam que as ondas de calor e o aumento das temperaturas têm intensificado a estiagem, tornando o cenário ainda mais desafiador para os próximos anos.

Com setembro apontado como um período crítico para o agravamento da seca, os navegadores, armadores e usuários dos rios da região Norte esperam medidas efetivas para evitar colapsos no transporte fluvial. Sem uma resposta rápida e eficiente dos órgãos competentes, a economia da Amazônia corre o risco de sofrer novamente com atrasos, prejuízos e paralisações na navegação.

O vice-presidente da Abani, Dodó Carvalho, disse que, apesar do setor estar mais preparado para uma nova estiagem, o maior desafio continua sendo a manutenção da navegabilidade no Rio Madeira. “Na seca de 2024, o rio colapsou e ficou 60 dias paralisado, trazendo enormes dificuldades. A navegação na Amazônia não pode mais ser dissociada de uma dragagem permanente e contínua”, enfatiza Carvalho, que recentemente concluiu seu mandato como presidente da Associação Brasileira de Armadores de Navegação Interior (Abani).

Para Carvalho, a solução passa pela antecipação de informações científicas sobre os períodos de seca e pela atuação ágil dos órgãos ambientais e executores da dragagem. Ele ressaltou à Portos e Navios a necessidade da utilização de dragas adequadas e da modernização da frota com embarcações de menor calado e tecnologia embarcada para lidar com os desafios da baixa profundidade dos rios.

O diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, reforçou a necessidade de um planejamento eficaz. “A dragagem foi contratada, mas precisa ser realizada no tempo certo, antes que a seca fique crítica. Queremos acompanhar a execução para garantir que não ocorra atraso, como em anos anteriores”, disse Resano à reportagem.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 12/02/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 13/02/2025